



ATA N.º 25/XI-2º/2014-15

1 - Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Salão da Cooperativa de Consumo Piedense, sito na rua Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Programa com a ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação - E.M.”
 - 3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Áreas de Reabilitação Urbanas Simples:
 - 3.3.1 - “Área de Reabilitação de Almada”;
 - 3.3.2 - “Área de Reabilitação da Trafaria”.
 - 3.4 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:
 - 3.4.1 - “Relatório e Contas do Município, referente ao exercício de 2014”;
 - 3.4.2 - “Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2014”;
 - 3.4.3 - “Documentos da Consolidação de Contas do Grupo Autárquico referente ao exercício de 2014”.
 - 3.5 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Revisão Orçamental:
 - 3.5.1 - “Primeira Revisão Orçamental do Município”;
 - 3.5.2 - “Primeira Revisão Orçamental dos SMAS”.
 - 3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre designação de júris de concursos para provimento de titulares de cargos:
 - 3.6.1 - “Dirigentes nos SMAS”;
 - 3.6.2 - “Dirigente da Câmara Municipal de Almada, Diretor de Departamento”;
 - 3.6.3 - “Dirigente da Câmara Municipal de Almada, Chefe de Divisão”.



- 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Interesse Público Municipal na regularização do Ecocentro da Quinta da Matosa”.
- 3.8 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Contratos de Financiamento dos SMAS - Empréstimo Quadro - Banco Europeu de Investimento”.
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.
- 4 - Nos termos e para os efeitos do n^o 3, do artigo 38^o, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:
- 4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Sobral, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2015, (Ent. n^o 3518/XI-2^o), (**Conforme Anexo I**).
 - A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2015, (Ent. n^o 3569/XI-2^o), (**Conforme Anexo II**).



- A Senhora Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2015, (Ent. nº 3570/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal João Rafael Faustino de Almeida, suspensão do mandato por um período de seis meses, (Ent. nº 3445/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, com ausência no dia 27 de abril de 2015, (Ent. nº 3563/XI-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Sr. Deputado Municipal Pedro Manuel Nunes de Oliveira, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2015, (Ent. nº 3519/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).

4.1.1- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral, (**Conforme Auto de tomada de Posse, Anexo VII**).
- Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de tomada de Posse, Anexo VIII**).
- Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, (**Conforme Auto de tomada de Posse, Anexo IX**).
- Sr.ª Ana Catarina Ribas Lopes, que ocupa a vaga ocorrida por suspensão do mandato por um período de seis meses, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida, (**Conforme Auto de tomada de Posse, Anexo X**).
- Sr. Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril, do eleito Sr. Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, (**Conforme Auto de tomada de Posse, Anexo XI**).
- Sr.ª Joana Rodrigues Mortágua, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril, do eleito Sr. Pedro Manuel Nunes de Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.ª Fátima Maria da Silva Nogueira Marras e do cidadão Sr. Luís Alexandre Rodrigues Bernardino, (**Conforme Auto de tomada de Posse, Anexos XII, XIII e XIV**).

4.2 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento da Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituída na presente Reunião da Assembleia



Municipal pela eleita na Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Senhora Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, (**Conforme Anexo XV**).

4.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.4 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 3096/XI-2º ao 3337/XI-2º do Expediente Enviado do nº 2084/XI-2º ao nº 2384/XI-2º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 09/XI-2º/2014-15, das Atas Nºs 22/XI-2º/2014-15 e 23/XI-2º/2014-15 e das Minutas das Atas Nºs 22/XI-2º/2014-15 e 23/XI-2º/2014-15 e da Informação Nº 08/14-15 da Atividade dos Membros da Mesa.

4.4.1 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 22/XI-2º/2014-15 e 23/XI-2º/2014-15 e as Minutas das Atas N.ºs 22/XI-2º/2014-15 e 23/XI-2º/2014-15, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade, respetivamente.

5 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

5.1 - Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Processo da CMA nº E/9668/2011”.

5.1.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2014, foi registado com a Entrada nº 2211/XI-2º e designado de nº 3/PS/XI.

5.1.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de outubro de 2014, através do ofício nº 1543/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1542/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.2 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre Refeições Fornecidas/Confecionadas nas Escolas.

5.2.1 - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 118/GP/2015 de 16 março 2015.

5.2.2 - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 2229/XI-2º de 19 março 2015.

5.3 - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre Qualidade das refeições fornecidas às crianças das Escolas do Ensino Básico.

5.3.1 - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 119/GP/2015 de 16 março 2015, sendo-lhe atribuído o nº 3282/XI-2º



5.3.2 - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através do ofício nº 2230 de 19 março 2015.

5.4 - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre Rotunda situada em frente ao Hospital Particular de Almada.

5.4.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 26 de fevereiro de 2015, foi registado com a Entrada nº 3100/XI-2º e designado de nº 6/BE/XI-2º.

5.4.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 6 de março de 2015, através do ofício nº 2135/XI-2º e informando o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2136/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.5 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre Festas da Cidade.

5.5.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 25 de março de 2015, foi registado com a Entrada nº 3341/XI-2º e designado de nº 6/CDS-PP/XI-2º.

5.5.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 2261/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2262/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.6 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

5.6.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.

5.6.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 2325/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Luís Amorim - Movimento “Almada pela Loja do Cidadão”, residente em Almada.

6.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Luís Amorim:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em novembro passado um grupo de cidadãos começou a conversar e a reunir-se, sobre a necessidade de trazer para Almada definitivamente a Loja do Cidadão. Esse grupo foi-se alargando e em 28 de janeiro fizemos uma reunião em que foi eleita uma Comissão e foi criado o “Movimento Almada pela Loja do Cidadão”, e faço parte



dessa Comissão, juntamente com o Hernâni Rezende e com o António Godinho e a primeira tarefa que nos incumbimos foi apresentarmo-nos ao Sr. Presidente da Câmara para lhe mostrarmos o nosso apoio naquilo que ele teria de desenvolver de futuro. Não tínhamos dúvidas que ia fazê-lo, portanto de seguida ele recebeu-nos e mais tarde, na sequência disso resolvemos também mobilizar a população de Almada para que faça corpo connosco neste movimento engrossando este movimento que tão necessário se torna para que tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal tenham por trás um suporte de movimento cívico capaz de apoiar neste objetivo. Que meios é que vamos usar para mobilizar a população? Pensamos que para já, vamos emitir um e-mail e criar uma página no Facebook. Tanto uma como a outra terão um abaixo-assinado e uma explicação do nosso movimento e um convite à adesão, um convite à participação de todos os cidadãos de Almada. Penso que vai ter uma grande divulgação, temos já um bom número de e-mails assegurados, e-mails coletivos são mais de trezentos, individuais serão para sete ou oito mil. Espero que este movimento venha a ter alguma força, alguma influência e alguma participação. Entretanto, na sequência da nossa reunião com o Sr. Presidente da Câmara, viemos também aqui hoje para nos apresentarmos perante esta Assembleia. E eu gostaria de passar agora a palavra ao meu colega Rezende para ele continuar. Sr. Presidente se não se importa de continuar.”

6.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Hernâni Rezende - Movimento “Almada pela Loja do Cidadão”, residente em Almada.

6.2.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Hernâni Rezende:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

No seguimento do Amorim, eu gostaria de começar por falar da localização, dispersão e a falta de segurança, bem como as exploradas condições de funcionamento de todas as repartições públicas existentes no Concelho. Estes são argumentos mais do que suficientes para voltar a mobilizar os almadenses para exigirem do Governo a sua Loja do Cidadão.

Paralelamente o nosso movimento atenderá ao facto de Almada não fugir ao estigma, ser uma cidade cujo centro natural se encontra adormecido e desvitalizado, apesar de no caso da nossa cidade este se tratar de uma sessão de espaços abertos, renovados e servidos de excelente rede de transportes urbanos. Para inverter aquela situação a que não são alheios o funcionamento e as atividades desenvolvidas pelo Fórum Almada, a extrema necessidade de trazer para a zona nobre da cidade



espaços âncora que estimulem desenvolvimento sustentado. Consideramos a Loja do Cidadão como um espaço âncora que poderá suscitar outros. Apenas com a união e saber e luta conseguiremos alcançar o objetivo já enunciado. Por isso, é imperativo contar com experiências pessoais, passar a palavra a amigos e conhecidos e mobilizar os munícipes, este é o propósito que já enunciámos.”

6.3 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Rogério Paulo Mouzinho Caeiro, residente no Seixal.

6.3.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Rogério Paulo Mouzinho Caeiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Arsenal do Alfeite, ainda a maior empresa deste concelho, enfrenta neste momento mais um período crucial da sua história.

Identificado como alvo a abater pela política de direita que há 40 anos tem arruinado o país, levada a cabo pelos partidos do arco da dívida PS, PSD e CDS, tem sido vítima dessa mesma nociva política, o que o coloca neste momento numa situação muito difícil.

Em setembro, na Assembleia Municipal realizada no CIRL, freguesia onde se situa o Arsenal do Alfeite, denunciámos a situação em que o Arsenal se encontrava, nomeadamente desde o ano de 2009, ano da sua desastrosa passagem a Sociedade Anónima.

Na altura, denunciámos quanto os trabalhadores e os habitantes deste concelho tinham sido enganados com falsas promessas e ilusões dos benefícios desta transformação jurídica de que o Arsenal foi alvo, constatando que nada daquilo que foi dito e prometido se concretizou, como por exemplo o dinheiro para os mais que necessários investimentos nas suas infraestruturas que nunca apareceu, ou os navios de marinhas estrangeiras que nunca chegaram através da sua internacionalização. Enfim, contos de crianças...

Denunciamos aqui também, que o governo não satisfeito com todo o mal que esta medida provocou ao Arsenal, anunciou a adjudicação de um estudo ao senhor Augusto Mateus, figura do sistema, a fim de prosseguir com a sua política de liquidação do Arsenal do Alfeite.

Cerca de seis meses depois, a senhora Secretária de Estado da Defesa, não se dignando a falar com os trabalhadores do Arsenal, através dos seus legítimos representantes, os seus dirigentes sindicais, marca uma conferência de imprensa para



anunciar as conclusões desse estudo assim como as medidas a aplicar ao Arsenal do Alfeite.

É verdade que esse estudo nunca nos criou expectativas, pois sabemos que apenas servem para justificar opções políticas como técnicas, e de facto assim aconteceu também desta vez.

O que foi anunciado para o Arsenal do Alfeite, no passado dia 22, foi a sua divisão em parcelas, e a sua concessão a privados, com os respetivos benefícios que estas medidas trarão para o Arsenal do Alfeite, que de tão usados e gastos, nem vale a pena aqui dar exemplos, pois a cassete dos benefícios da política de direita já é conhecido por todos.

Por esse motivo, os trabalhadores do Arsenal não se resignam, e vão lutar com todas as suas forças, contra todas as decisões que coloquem em causa este septuagenário estaleiro, referência nacional e internacional de construção e reparação naval.

Os trabalhadores do Arsenal rejeitam qualquer solução para esta unidade industrial que não tenha em conta a sua história e a sua verdadeira essência.

O Arsenal do Alfeite integral e Público, ao serviço da Marinha e do País, é a única solução possível para que o Arsenal continue a desenvolver a sua atividade, de forma meritória como sempre foi seu apanágio, e como contribuição essencial para a mais que necessária mudança de política, por uma política de esquerda e soberana para Portugal.

Este é o compromisso dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, lutar contra o desmantelamento/encerramento do Arsenal do Alfeite com todas as suas forças e com toda a determinação e confiança, e daqui apelamos a que todos aqui presentes assim como toda a população aqui representada se juntem a nós, a esta luta, na defesa deste estaleiro que tanta importância tem também para este concelho.

Viva o Arsenal do Alfeite!

A luta continua!”

6.4 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Carlos Guedes, Nuno Matias, José Joaquim Leitão, Bruno Dias e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecer à Pluricoop e à Cooperativa Piedense a disponibilidade e referir o gosto que nos dá em estar aqui hoje reunidos.



Só duas breves palavras, em primeiro lugar para saudar este movimento a que o Sr. Luís Amorim e o Sr. Hernâni Rezende deram expressão, pela instalação da Loja do Cidadão em Almada. É uma velha ambição pela qual nos temos batido e que tem tardado em concretizar. É necessário que se reúnam vontades, é necessário que haja uma disponibilidade e uma política clara do Governo em relação a esta matéria e não propriamente políticas de recurso que mais parecem estar centradas no desejo de fazer algumas economias com aquilo que são as suas responsabilidades na administração da coisa pública e no apoio aos cidadãos na gestão das suas relações com as instituições. Portanto, esse Movimento é bem vindo, contem conosco, com certeza que a Loja do Cidadão não só cumprirá um papel importante no que diz respeito ao serviço que poderá prestar a todos na sua atividade que lhe é própria, mas também permitindo com certeza revitalizar áreas da cidade que poderão sê-lo com a sua instalação. Portanto, bem vindos, continuaremos com certeza a colaborar e encontraremos uma boa localização para a Loja do Cidadão.

Em relação à intervenção do Sr. Rogério Caeiro, referir mais uma vez a convergência de posições da Câmara Municipal com a luta dos trabalhadores do Arsenal e que pensamos também é uma luta que corresponde àquilo que são as necessidades do país e da Marinha Portuguesa, num contexto em que as questões relacionadas com a economia do mar e do seu desenvolvimento exigiriam uma atenção muito maior seja na capacidade de atuação, seja também no que diz respeito à elevação do nível tecnológico, condições que com certeza o Arsenal poderá desenvolver e que é do máximo interesse para o país. É a nossa solidariedade com os trabalhadores, a nossa solidariedade naturalmente com todos aqueles que se batem por uma indústria naval de construção e reparação naval que esteja à altura da nossa história e das nossas ambições em relação ao futuro.

Portanto, muito obrigado pela sua intervenção.”

6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à intervenção do Sr. Luís Amorim e Hernâni Rezende, quero, pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda dizer que o objetivo da Loja do Cidadão foi por nós abraçado já há muito tempo, temos estado nessa luta e estaremos à vossa disposição para vos ajudar no que estiver à nossa disposição porque é também um objetivo nosso e que iremos com certeza abraça-lo.



Em relação à intervenção do Sr. Município Rogério Caeiro, o Bloco de Esquerda tem tido posições quer nesta Assembleia, quer também na Assembleia da República, quer também nas ruas deste Concelho e do País. Sabemos que o que estava por trás da passagem a essa Sociedade Anónima era não mais do que destruição do estaleiro, é aquilo que vamos observando ao longo do passar dos tempos e estamos também solidários com a vossa luta e disponíveis também para todas as lutas que entenderem necessárias.”

6.4.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostaria também de forma muito telegráfica cumprimentar o Sr. Luís Amorim e Hernâni Rezende pela questão do Movimento da Loja do Cidadão, que eu acho que enquanto objetivo é partilhado por todos sem exceção, todos nós entendemos que aparecer uma Loja do Cidadão em Almada que partilhe um conjunto de serviços à população, que permita ter um acesso mais direto à administração pública, que permita de forma também como disse e muito bem criar um espaço âncora no centro da nossa cidade, é partilhado por todos sem exceção. E portanto, saudamos os cidadãos que se queiram acrescentar ao fim ao cabo a esta pressão, a este movimento, a um conjunto de posições públicas e políticas que ao longo dos anos não só a Câmara, penso eu, mas todos os Partidos sem exceção têm afirmado publicamente. Agora, é importante destacar e não foi aqui dito, mas eu penso que é importante que neste momento também fique aqui mais uma vez reafirmado, é que a Loja do Cidadão em Almada ser uma realidade não depende apenas do Governo, aliás do lado do Governo tem havido um conjunto de iniciativas para disponibilizar a Loja do Cidadão em Almada. Há também responsabilidades camarárias no sentido de em conjunto se encontrarem soluções por um lado de espaço, mas também de financiamento para a concretizar, desta mesma Loja do Cidadão. Isto é importante que seja também aqui destacado hoje, porque se não há Loja do Cidadão não é porque o Governo não queira, é porque há um conjunto de circunstâncias que são fundamentais para a sua concretização que nem sempre a Câmara assegurou, nomeadamente os espaços. E por isso era fundamental que isto também ficasse como ponto de partida e neste momento em que o Movimento se apresenta à Assembleia Municipal que fique aqui claro, que fique registado que é uma ambição de todos, é importante para Almada, já há muitos anos que debatemos nesta Câmara, nesta Assembleia publicamente o interesse que seria para Almada ter este espaço,



sem dúvida, mas as responsabilidades a quem as tem, e há responsabilidades que se calhar são repartidas por várias entidades, mas que não se diga que é o Governo, veja-se lá, é o Governo que faz com que não haja Loja do Cidadãos em Almada, porque isso não corresponde minimamente à verdade.”

6.4.4 - O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra para expressar o meu apreço pela intervenção dos Srs. Munícipes que trouxeram aqui o assunto da Loja do Cidadão. Quando nós falamos na necessidade de complementar a democracia formal com a democracia participativa, de aproximar os cidadãos dos eleitos, também falamos de matérias como a matéria da Loja do Cidadão que ao facilitar a relação do cidadão com os serviços e com o Estado obviamente que também se constitui como um fator importante de reforço dos aspetos positivos da nossa democracia e da capacidade que o regime tem de ter uma interlocução com os cidadãos e por essa via também permitir uma maior aproximação entre o Estado e os cidadãos. É claro que o caminho que percorremos até aqui é um caminho cheio de escolhos, o PS sempre, desde há muito trouxe para a Assembleia Municipal esta matéria, tem insistido, considera uma matéria de fundamental importância. E sem passar uma esponja sobre o passado, mais do que estar neste momento a culpar uma instância ou outra pelo fracasso das iniciativas até agora realizadas, o que importa é sublinhar a importância de a partir de agora a Câmara e o Governo se mobilizarem no sentido de no mais curto espaço de tempo se concretizar este objetivo que é um objetivo central de cidadania para o Município de Almada”

6.4.5 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pela parte da CDU nós gostaríamos de complementar e pôr algumas questões na sequência das intervenções dos Srs. Munícipes que queremos antes de mais aqui saudar. Queremos saudar o Sr. Município Luís Amorim e o Sr. Município Hernâni Rezende e esclarecer em complemento aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, esclarecer que o que nós queremos é mesmo uma Loja do Cidadão, e não é uma loja de contrabando do cidadão. Porque nós corremos o risco de tal como o outro que comprou gato por lebre, ele pensou que estava a comprar coelho e saiu-lhe coisa pior, também a Loja do Cidadão não pode ser confundida com contrabando, que é o que hoje em dia está a ser apresentado às populações de muitos Concelhos



quando se fala dos serviços públicos. Isto é dos serviços da administração do Estado que cumprem às direções gerais e aos institutos públicos que respondem perante os Ministérios e transformá-los numa espécie de outsourcing às ordens dos autarcas que entendam entrar nesse negócio ou até sabe-se lá por outras entidades que já têm aparecido por ai a concorrerem, digamos assim, como possíveis gestoras, isso na prática é um outsourcing do Estado. E quando nós temos em conta que os serviços que estão em causa, quando nós falamos da Loja do Cidadão, temos em conta que estamos a falar de serviço de finanças, estamos a falar de Registo Civil, estamos a falar da Segurança Social, estamos a falar do IMT, onde as pessoas podem ir renovar a sua carta de condução. Ora, que eu saiba isto não se faz nos SMAS ou numa Junta de Freguesia, nem é suposto que assim seja, não temos que estar à espera que o futuro seja assim, porque a autonomia e a defesa, e o desenvolvimento do Poder Local Democrático não se faz sacudindo para o Poder Local as responsabilidades que o Poder Central deve assegurar e deve assegurar garantindo nomeadamente os meios, o pessoal, as instalações e as condições de funcionamento e de segurança, como muito bem foi dito. Hoje em dia muito mais do que há trinta anos atrás a informatização também coloca novos riscos e novas exigências de acesso aos dados e é importante que seja o Registo Civil a garantir e a assegurar e a manter o controlo do acesso aos dados do Registo Civil e que seja o IMT a ter o controlo do acesso aos dados do IMT, e que isto tudo não se transforme numa espécie de loja de contrabando. E é por isso que da mesma forma como nós não aceitamos que seja o Estado Português ou já agora, uma Câmara Municipal a pagar as despesas de funcionamento ou de instalações da Embaixada da Alemanha que é só o que falta, também não temos nada que exigir que seja o Poder Local a pagar as instalações, as despesas de funcionamento, sabe-se lá os funcionários que o Poder Central tem que garantir, porque, que nós saibamos não há pessoal a mais nas Finanças, nem na Segurança Social, nem no IMT e há pessoal a menos. Há pessoas que têm ido para a aposentação e que não é substituído, e a culpa é das Câmaras e das Juntas de Freguesia? Não é. As Câmaras são obrigadas por Lei a cortar no pessoal ano após ano, sob pena de penalização financeira, como já aconteceu neste Concelho. E por isso, aquilo que nós queríamos deixar como esclarecimento neste ponto da ordem do dia, nos termos até do Regimento da Assembleia Municipal, esclarecendo de forma complementar que a Loja do Cidadão é isso mesmo para nós, e é isso que deve ser defendido, e saudamos por isso este



Movimento Loja do Cidadão de Almada, a participação cívica dos munícipes que defendem a dinamização deste espaço âncora, a criação deste espaço âncora com a dinamização do centro da cidade e a possibilidade de garantir nos termos da Constituição da República de facto que os serviços públicos sejam acessíveis para todos os cidadãos, nem sempre está a acontecer.

Uma nota final de saudação também ao Município Rogério Caeiro e a todos os trabalhadores arsenalistas, de facto na Assembleia Municipal de Almada esta matéria tem sido reiteradamente colocada em cima da mesa, pela importância estratégica, não apenas para o Concelho de Almada, mas para o País e para a soberania nacional, que o Arsenal do Alfeite sempre assumiu ao longo destes já mais de 70 anos. A verdade é que esta anunciada parceria público-privada que é disso que se trata, de uma anunciada PPP com o Arsenal do Alfeite, entregando à concessão dos interesses privados o estaleiro daquilo que à Marinha tem que pertencer e à Marinha tem que caber como responsabilidade é de facto a razão que nos leva a manter como atual e a manter como necessária esta medida da reintegração do Arsenal do Alfeite na Marinha e essa é que é a resposta de fundo a estes problemas que estão a ser provocados artificialmente ao Arsenal, aos Arsenalistas, à Marinha e ao País e é por isso que é importante também nesta altura que toda a gente clarifique a sua posição. Porque nós há meses atrás, já depois dessa encomenda do estudo ao Professor Augusto Mateus voltámos a ter na Assembleia da República a discussão sobre a reintegração do Arsenal na Marinha Portuguesa. Infelizmente a Proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, PSD e CDS.

Termino dizendo que para nós esta Proposta não só se mantém atual, como até ganha uma razão reforçada em face dos anúncios que são colocados e que devem preocupar todos os almadenses.”

6.4.6 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ficaria mal comigo mesmo se em relação a duas ou três coisas que aqui foram ditas, não deixasse claro que a questão do espaço não depende nem dependeu da Câmara Municipal de Almada. Que isto fique claro. Houve um espaço em relação ao qual houve em determinada altura um consenso, penso que não com este Governo, mas com o Governo anterior, designadamente um espaço no Centro Comercial M Bica, que foi rejeitado como instalação, pelo Ministério da altura, com o argumento de que o teto, a altura do teto era incompatível com a instalação da Loja. E havia duas



alternativas que foram colocadas, uma que é um edifício junto aos serviços técnicos da Câmara e o outro que era os edifícios da antiga EDP. Queremos dizer que nós estamos na solução, sempre estivemos na solução, mas naturalmente que a solução não pode ser uma solução qualquer. Como já aqui foi dito, há um modelo que é da responsabilidade do Estado sobre os serviços administrativos que presta aos cidadãos, esse é o bom modelo e o outro modelo é descarregar sobre as autarquias a responsabilidade seja dos custos do edifício, da aquisição ou do aluguer, ou os custos da gestão desse espaço, pois sendo a autarquia a dizer às finanças, a dizer à Conservatória do Registo Civil, a dizer à Segurança Social, enfim às outras instituições, aos tribunais quais são os espaços que ocupam, onde é que metem os seus arquivos, que áreas é que precisam, a que horas abre, a que horas fecha, aquelas coisas todas. Neste momento não temos disponibilidade para isto. As autarquias como podem ter visto no Boletim deste mês, tem substituído o Estado nos últimos anos em valor que já ultrapassou os dois mil milhões de euros. As autarquias todas do país, dois mil milhões de euros. Temos desempenhado funções que são do Estado para esta ordem de valores. Não estamos em condições, sobretudo com tanto que nos é exigido, não estamos em condições de suportar mais encargos. Agora, queremos dizer, depois da dissolução da AMA - da Agência para a Modernização Administrativa, já tivemos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado e continuamos a falar e a dialogar e essa tem sido sempre a nossa posição e continuará sempre a ser a nossa posição, do lado da solução. Agora, para fazermos caminho por esta via é necessário deixarmos claro e não estarmos a utilizar, enfim, fantasmas eventualmente ou criar dificuldade à concretização das coisas. Nós sabemos que neste momento será extremamente difícil, é preciso dizê-lo com clareza, eu não gosto de estar a enganar quem quer que seja, a quatro meses das eleições que alguns defendem que já deviam se ter realizado, estar a acreditar que vai aparecer uma Loja do Cidadão, não é verdade. Não tenhamos nenhuma ilusão sobre isto. Eu como Presidente da Assembleia Municipal do Seixal assisti dois meses antes de umas eleições a uma assinatura de um Protocolo, há uns dez anos, ainda lá está o Edifício Alentejo à espera que se instale lá a Loja do Cidadão do Seixal. Não acredito. Vésperas de eleições, promessas, qualquer um pode fazer e empurrar uns para os outros, então isso é o mais fácil, Não acreditem, daqui até outubro e até à clarificação da situação política não vai haver e mesmo depois há de decorrer alguns meses até que a Loja do Cidadão se instale. Agora a nossa força, a vossa força, a



força dos Munícipes essa estará sempre e vai ser decisiva para que haja Loja do Cidadão. E naturalmente uma Loja do Cidadão à medida dos interesses de Almada. A vossa luta tem toda a razão para continuar, nós estaremos convosco. Força, mesmo que não esteja ali no horizonte continuem a lutar.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Luís Palma (apresentando Moção/Saudação à atleta Naíde Gomes), Nuno Vitorino (apresentando Moção/deliberação Por uma política nacional para o sector da água que respeite a autonomia do Poder Local e os interesses das populações), Nuno Gonçalves (apresentando Moção/Saudação 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador), Carlos Guedes (apresentando Moção/Deliberação sobre Comissões de Proteção das Crianças e Jovens; Moção/Saudação 25 de Abril e 1º de Maio; Moção/Resolução Transmissão de Áudio e Vídeo das Sessões da Assembleia Municipal), José Gabriel (apresentando Moção/Deliberação Acordo Coletivo de Empregador Pública (ACEP)), Luísa Ramos (apresentando Moção Deliberação Novo regime jurídico de renda apoiada), Bruno Dias (apresentando Moção/Deliberação Pela rejeição do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros), Nuno Matias (apresentando Moção/Deliberação Requalificação e Valorização da Costa da Caparica é para continuar!), Bruno Ribeiro (apresentando Moção/Deliberação Consulta jurídica para todos) Nuno Matias (apresentando Moção/Deliberação Mercado do Laranjeiro: urgente remediar o mal), Eva Gomes (apresentando Moção/Saudação ao festival Caparica Primavera Surf Fest), António Pedro Maco (apresentando Moção/Deliberação Parque infantil com equipamentos adaptados “Oportunidade para todos”), Maria D’Assis (apresentando Moção/Saudação 1º de Maio), Alexandra Correia (apresentando Moção/Deliberação Prestação serviço tradução português falado/língua gestual portuguesa; Moção/deliberação Fiscalização do licenciamento de cães e atividades com os mesmos em zonas de risco (documento retirado de votação); Moção/Deliberação Redução e uniformização de taxas de registo e licenciamento para canídeos e gatídeo (documento retirado de votação)).

7.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Moção/Saudação À Atleta Naíde Gomes

Naíde Gomes, excelente desportista e residente em Almada, anunciou o final da sua brilhante carreira de atleta no passado dia 26 de março.

Iniciou a prática desportiva pelo salto em altura, numa prova do desporto escolar em que ganhou com o registo de 1,50m, superando as marcas do setor masculino, façanha que chamou a atenção ao seu professor de educação física que criou as condições e motivações para a Naíde Gomes singrar no Atletismo.

Nestes 20 anos de carreira desportiva representou clubes como: Clamo, Ginásio Clube do Sul, Belenenses, JOMA, até chegar ao Sporting Clube de Portugal onde permaneceu desde 1997, clube onde conquistou os seus títulos de campeã mundial e europeia, num total de onze medalhas, quatro de ouro, seis de prata e uma de bronze, sendo ainda hoje recordista de Portugal do Pentatlo, Heptatlo, salto em comprimento e salto em altura.

A sua capacidade, o seu esforço e os resultados obtidos mereceram o reconhecimento nacional e internacional, assim como ao nível do clube que representa, tendo sido congratulada com 10 Prémios Stomp, galardão atribuído pelo Sporting aos atletas do clube.

Durante o período em que decorreu o seu processo de obtenção da nacionalidade portuguesa, participou em provas internacionais por São Tomé e Príncipe, tendo estado presente nos Jogos Olímpicos de 2000, nos Jogos Pan Africanos, que se disputaram em Joanesburgo, na África do Sul, em 1999 e nos Campeonatos da África Central, realizados nos Camarões, onde ganhou 5 medalhas.

Depois de obter a nacionalidade portuguesa, em 2001, Naíde foi de recorde em recorde até chegar aos títulos mundiais e europeus em pista coberta e vice-campeã europeia de pista ao ar livre, nove dos quais no salto em comprimento, complementando com a medalha de prata no primeiro europeu de pista coberta onde participou (2002) e alcançou este resultado na disciplina de Pentatlo, disciplina na qual também obteve a medalha de ouro no mundial de 2004.

Na disciplina mais completa, como é o caso das sete provas do heptatlo, Naíde completou 18 competições entre 1997 (4.578 pontos) e 2005, a melhor das quais quando fixou o recorde de Portugal em 6.230 pontos, quando venceu o campeonato espanhol na prova realizada em Logroño, em 2005.



Campeã nacional por 23 vezes, dez das quais em pista coberta e em três disciplinas, como foram o salto em altura (1997 e 2002), o salto em comprimento (nove, entre 2002 e 2011) e o heptatlo (2001).

Ao longo destes vinte anos de atividade, representou Portugal em cerca de cinquenta competições internacionais, entre as quais os Jogos Olímpicos de Atenas (2004) e Pequim (2008), os mundiais de Helsínquia (2005), Osaka (2007), Berlim (2009) e Daegu (2011).

No salto em comprimento, onde veio a ter o maior protagonismo mundial, ao bater por 14 vezes o Recorde Nacional, desde os 6,56 até aos 7,12, tendo conseguido ainda repetir a proeza em pista coberta, no mesmo período, que foi dos 6,39m até aos 7,00m.

Naíde Gomes vestiu a camisola de Portugal pela primeira vez em 2002, estreando-se da melhor maneira ao surpreender a concorrência no Pentatlo dos Campeonatos da Europa de Pista Coberta, em Viena na Áustria, ao atingir a marca de 4595 pontos, novo Recorde Nacional, e conquistou a Medalha de Prata.

Em 2003 participou nos Mundiais de Pista Coberta que se disputaram em Birmingham, na Inglaterra, onde ficou no 5º lugar no Pentatlo, mas uma lesão afastou-a dos Campeonatos do Mundo de Atletismo que decorreram em Paris.

No regresso, em 2004, na cidade de Budapeste (Hungria), sagrou-se Campeã Mundial do Pentatlo em pista coberta, batendo o Recorde Nacional deste combinado com a melhor marca mundial do ano (4759 pontos), numa competição onde também estabeleceu um novo Recorde Nacional do Salto em Altura em pista coberta, igualando o Recorde absoluto com um salto de 1,88m. Nos Jogos Olímpicos de Atenas foi 13ª no Heptatlo, um resultado muito abaixo das suas expectativas, mesmo que estas não fossem tão altas como habitualmente eram no Pentatlo, uma competição mais à sua medida.

Em 2005 opta por participar no Campeonato Europeu de Atletismo em Pista Coberta que decorreu em Madrid, no salto em comprimento, e a aposta foi ganha. Como resultado vence a medalha de ouro e o estatuto de campeã da Europa, batendo nesta prova o recorde nacional de salto em comprimento com a marca de 6,70 m.

No verão de 2006 conquistou a Medalha de Prata no salto em comprimento nos Campeonatos da Europa de Atletismo ao ar livre que se disputaram em Gotemburgo (Suécia), com um salto de 6,94m que só não constitui novo Recorde Nacional porque foi obtido com vento antirregulamentar. Nessa competição ficou atrás da russa



Lyudmila Kolchanova que já em 2005 a tinha relegado para o 2º lugar na prova de Salto em Comprimento das Universíadas, que decorreram em Izmir na Turquia.

No ano seguinte, conquista pela segunda vez o título de Campeã da Europa de Atletismo de Pista Coberta de salto em comprimento em Birmingham, com a marca de 6,89 m (novo recorde nacional).

Depois destes brilhantes resultados, era, com naturalidade, uma das favoritas à conquista de uma medalha nos Jogos Olímpicos de Pequim, mas uma lesão, que escondeu na ânsia de chegar à glória, impediu-a de lutar por elas, acabando eliminada na qualificação, depois de dois saltos nulos e de uns modestos 6,29m, no seu terceiro ensaio.

Depois de uma paragem devido a uma intervenção cirúrgica, em 2010, Naíde Gomes voltou às medalhas, arrecadando a Prata nos Mundiais de Pista Coberta, que se disputaram em Doha no Qatar, com a marca de 6,67m, a apenas três centímetros da Medalha de Ouro e depois de ter liderado nas qualificações com um salto a 6,61m.

Esteve selecionada para ir aos Jogos Olímpicos de Londres em 2012, mas em Maio lesionou-se com gravidade, sofrendo uma rutura do tendão de Aquiles ao realizar o 4º ensaio no concurso do Salto em Comprimento do Campeonato Nacional de Clubes, que por ironia do destino acabaria por vencer com a marca de 6,28m.

Essa grave lesão, sofrida aos 32 anos, impediu-a de sair em grande como desejava, mas não se deixou abater e voltou à competição, prometendo terminar a sua carreira só depois de mais uma participação num grande evento internacional.

Também representou Portugal nos Campeonatos Ibero Americanos de 2004 e em 2009 esteve presente na edição da Taça da Europa.

Nos últimos anos uma lesão tem prolongado a ausência da competição, tendo Naíde Gomes, optado por apostar na sua formação profissional, concluindo o curso de fisioterapia, que acumulou com o curso de treinadores de atletismo de grau 1.

Naíde Gomes foi a madrinha dos Jogos Desportivos de Laranjeiro e Feijó na edição 2014/2015, e da II Edição do Troféu Almada 2015, em reconhecimento da sua carreira desportiva e numa justa homenagem pelo que representa para a freguesia e para o concelho onde mantém fortes laços afetivos.

No passado dia 26 de março, Naíde Gomes anunciou o fim da sua carreira desportiva, afirmando querer manter a sua ligação ao atletismo, ajudando na promoção do desporto e no desenvolvimento da prática do atletismo junto dos mais jovens, na esperança de que novos campeões vão surgindo ano após ano.



Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 27, 28 e 29 de abril de 2015, delibera:

- 1 - Saudar reconhecidamente a excelente carreira desportiva da atleta Naíde Gomes, que muito tem prestigiado o Município de Almada onde é considerada referência no desporto.
- 2 - Manifestar o desejo de que continue ligada ao desporto pelo contributo que dará às atuais e futuras gerações de desportistas em particular na modalidade de atletismo e nas disciplinas técnicas em que se destacou como figura cimeira a nível nacional e internacional.”

7.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Por uma política nacional para o sector da água que respeite a autonomia do Poder Local e os interesses das populações

Com a aprovação em Conselho de Ministros, no passado dia 9 de abril, da reestruturação do universo territorial de empresas do Grupo AdP, criando 3 novos Mega Sistemas (Águas do Norte, Águas do Centro Litoral e Águas de Lisboa e Vale do Tejo) que concentrarão 15 sistemas anteriormente criados em parcerias com os municípios, o governo PSD/CDS deu mais um passo num caminho de afrontamento e desrespeito pela autonomia do Poder Local, que tem subjacente o afastamento dos municípios da gestão do ciclo urbano da água.

A recente decisão do Conselho de Ministros enquadra-se numa estratégia de alteração do quadro jurídico e regulamentar para o sector e sucede a outras, nomeadamente legislação que alterou o regime jurídico dos sistemas municipais, o regime jurídico dos sistemas multimunicipais, bem como o regime jurídico da ERSAR e os seus estatutos e à qual o Governo pretende que se junte em breve um novo regulamento tarifário de água e águas residuais a aprovar pelo Regulador, este já em fase avançada.

No seu conjunto estas alterações do quadro legal pretendem arquitetar o edifício necessário ao enfraquecimento da capacidade de gestão e do poder de decisão dos municípios com vista ao seu sucessivo afastamento do exercício desta competência que a Legislação lhes atribuí, num movimento a um primeiro tempo de cariz centralista, mas tendo como fundo o objetivo ultimo de privatização do sector.

Assinale-se, por não ser despiciente, que este processo se foi desenvolvendo num crescendo de manifesta e expressa oposição dos municípios que fica bem claro quer através das múltiplas tomadas de posição contrárias, individuais, de autarquias de



Norte a Sul do país, dos mais diversos quadrantes políticos, quer coletivas com particular relevância para as assumidas pela ANMP, no seu último congresso, pela AM do Porto e pela AM de Lisboa, esta última na sua reunião do passado dia 16 de Abril.

Não pode pois o governo estranhar a forte oposição dos municípios à sua estratégia para o sector, na medida em que não só a sua implementação foi conduzida em profundo desrespeito institucional para com os primeiros - o que não é de somenos, pois a confiança e o respeito institucional são condições indispensáveis, em democracia, para que se estabeleçam as necessárias parcerias entre as administrações central e local para a resolução de importantes problemas que o país enfrenta -, mas também porque na substância todo o quadro regulamentar estabelecido atenta contra a autonomia do Poder Local e em particular esta última decisão do Conselho de Ministros constitui uma inquestionável extorsão do património municipal e das suas comunidades, violando de forma unilateral os contratos estabelecidos, ampliando os prazos de concessão dos sistemas multimunicipais, enfraquecendo as posições relativas de cada município na intervenção na condução da gestão e fixação de preços o que, a prazo, aprofundará os riscos de desadequadas decisões sobre os planos de investimentos, agravará os custos para os municípios na sua generalidade e o preço dos serviços de águas às populações. Sendo que este agravamento se fará sentir com particular incidência nas áreas metropolitanas, nomeadamente nos Concelhos da AM de Lisboa que participam em sistemas multimunicipais agora integrados na "Águas de Lisboa e Vale do Tejo", estimando-se que este incremento de custos possa ascender a 30% para alguns municípios desta região.

Argumenta o Governo a favor do seu modelo de reestruturação a redução global dos custos dos sistemas e a coesão territorial. Ora, não só a hipotética redução de custos apresentada se sustenta, em grande medida, como vem sendo prática transversal das atuais políticas em todas as áreas da sociedade, em cortes no fator trabalho, reduzindo fortemente o quadro de trabalhadores das empresas agora concentradas - o que nos merece desde já profunda preocupação, tendo presente o elevadíssimo nível de desemprego que Portugal enfrenta -, como se encontra no seu todo por comprovar. Assentando na premissa teórica das economias de escala, esquece as deseconomias geradas pelas mega escalas, que naturalmente se reforçarão pelo afastamento da realidade e necessidades concretas, resultante quer da diluição da sua



relação com os territórios, quer do enfraquecimento do papel dos municípios nas decisões fundamentais destas empresas e do controlo democrático pelos cidadãos. Quanto à questão da coesão territorial, importa dizer, antes de mais, que não é preocupação exclusiva do Governo, sendo naturalmente um aspeto crucial da governação de que os municípios e todos os portugueses não se podem demitir, nem se demitem. Mas o que está em causa não é, obviamente, o princípio e só por manifesto recurso ao discurso do sound bite o governo pode invocar esta suposição. O que está em causa é o mecanismo escolhido para essa presumível política de coesão, na prática um imposto indireto sobre o uso de serviços de água aos municípios ditos mais ricos, passando ao lado da realidade de que nesses territórios serão indiferenciadamente penalizados os cidadãos de maior rendimento e os de menor rendimento. O mecanismo subjacente a esta política governativa aumentará, de forma indireta, para a maioria dos portugueses a já de si brutal carga fiscal a que se encontram sujeitos, bem como a sobre contribuição por via de impostos indiretos e equivalentes, que penalizam de forma agravada os menores rendimentos, contrariando por esta via a urgente necessidade de melhorar a redistribuição da riqueza em Portugal e garantir universalmente o direito de acesso à água.

Assim, A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de Abril de 2014 delibera:

1. Reafirmar o carácter indispensável para a democracia em Portugal da autonomia do Poder Local, manifestando elevada preocupação pelo afrontamento a que tem sido sujeita por parte do atual Governo;
2. Rejeitar frontalmente o processo de reestruturação do sector das águas, recentemente aprovado pelo Governo, bem como todas as alterações produzidas recentemente que no âmbito desta competência municipal atentam contra a autonomia municipal e os interesses das populações;
3. Rejeitar frontalmente o processo de fusão das empresas do grupo AdP, no desrespeito pelos contratos anteriormente estabelecidos, manifestando elevada preocupação com a expropriação do património municipal, a perda de poder societário relativo de cada município e o alargamento dos prazos de concessão, com decisão unilateral e contrária à vontade dos municípios;
4. Reafirmar a necessidade de implementar políticas concretas de coesão territorial que permitam aos territórios que, por razões específicas, incorram em especial esforço económico para garantir os serviços de água o possam fazer em condição de sustentabilidade e acessibilidade económica para as suas populações, manifestando



ao mesmo tempo a rejeição do mecanismo subjacente à reestruturação promovida pelo governo, que penalizará de forma profunda os municípios litorais e mais populosos, nomeadamente os da AM de Lisboa em que nos inserimos, repercutindo-se por sua vez essa penalização, de forma indiscriminada, necessariamente também, sobre as suas populações de menor rendimento;

5. Manifestar o seu apoio aos municípios portugueses que se tem mobilizado para travar este processo e defender a autonomia municipal e os interesses das suas populações, nomeadamente aos integrantes da AML e da Península de Setúbal;
6. Manifestar o seu apoio à Câmara Municipal de Almada, nos esforços que em conjunto com os demais municípios fez e deverá continuar a fazer em defesa da autonomia municipal e da gestão pública conduzida pelas autarquias dos serviços de água.”

7.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador

Dentro de dias comemora-se mais um 1º de Maio - O Dia Internacional do Trabalhador - saudamos todos os trabalhadores.

O 1.º de Maio, embora inicialmente, ligado como símbolo à luta pela redução do horário de trabalho, tornou-se, com o desenvolvimento do movimento operário e sindical, numa plataforma de unidade da luta por direitos laborais e sociais, de luta económica e política à escala internacional.

Em Portugal este dia, foi dia de muitas lutas contra o fascismo e em 1974 foi dia de consagração da Liberdade conquistada.

A Revolução de Abril, sendo a resposta do povo português à ditadura fascista e ao domínio do capital monopolista na vida dos portugueses, decorre desse amplo movimento que aspira a formas mais elevadas de emancipação social. Isso foi bem evidente nesse grandioso 1º. de Maio de 1974 que projetou a ação das grandes massas para o objetivo de profundas transformações políticas e sociais e ligou o projeto libertador ao da emancipação social e política dos trabalhadores e do povo.

As Liberdades individuais

A Liberdade sindical

O salário mínimo nacional

As reformas e pensões mínimas

O direito à segurança social



O alargamento do direito a 30 dias de férias, do subsídio de férias, do 13º mês e da licença por parto

A redução do horário de trabalho

A proteção no desemprego

O reconhecimento dos direitos dos deficientes e dos idosos

O direito à saúde,

O direito à educação

O direito à cultura e ao desporto

O direito à habitação

Estas foram conquistas de Abril e de Maio que hoje 41 anos após o 25 de Abril estão fortemente atacadas e urge continuar a defender.

O pretexto da difícil situação económica e financeira em que o país se encontra, como resultado de opções políticas erradas assumidas ao longo dos últimos 38 anos, por governos do PS, PSD e CDS/PP, fazem recair em cima dos trabalhadores e do povo as consequências da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Os trabalhadores, os reformados e pensionistas, a juventude, os pequenos comerciantes que foram as vítimas dessas políticas são aqueles a quem, agora, de novo, impõem brutais sacrifícios. Pretensamente para responder ao desastre nacional a que conduziram o País, PS, PSD e CDS/PP subscreveram um Pacto de agressão e de traição a Portugal e aos portugueses.

Um Pacto de agressão aos trabalhadores e ao povo.

Que tem como principal vetor a guerra ao trabalho e aos trabalhadores A pretexto da crise tudo é feito para consolidar o modelo de mão-de-obra barata, precária e de baixo valor acrescentado, o mesmo modelo que trouxe o País até à crise.

A contra revolução na legislação laboral e o crescimento em massa dos desempregados, só têm um objetivo: baixar o preço da força de trabalho!

Este foi e é o caminho do desastre.

Os baixos salários, a precariedade, a ameaça permanente sobre o posto de trabalho, a redução do subsídio de desemprego, a facilitação e o embaratecimento do despedimento, o aumento do horário de trabalho e a sua desregulação, o ataque e a descapitalização da segurança social, o flagelo dos salários em atraso, a repressão e a discriminação nas empresas, o aumento dos preços de bens e serviços essenciais,



a sobrecarga com impostos. Contra tudo isto os trabalhadores têm sido obrigados a uma intensa e corajosa luta.

O empobrecimento e a exploração tornaram-se políticas oficiais do atual governo PSD/CDS.

Passados 41 anos daquele imenso 1º de Maio que transbordou de gente, de confiança e de desejo dum futuro melhor os trabalhadores e o povo confrontaram-se com um Pacto de agressão e regressão social e civilizacional, de restrição e encarecimento do acesso à saúde, ao ensino e aos apoios sociais, visando de facto a destruição do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, do Sistema Público de Segurança Social.

Um Pacto que agravou as desigualdades sociais e as assimetrias regionais.

A execução de políticas de afrontamento e liquidação das conquistas de Abril levaram Portugal e os portugueses para esta desgraçada situação, Portugal precisa de outro rumo e de uma rutura com as políticas que nos conduziram para o abismo, não de um passo em frente no mesmo caminho.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 27, 28 e 29 de Abril de 2015, delibera:

- 1) Afirmar que, Portugal precisa de políticas que dinamizem a economia e o emprego, que respeitem, dignifiquem e valorizem o trabalho e os trabalhadores e salvaguardem a proteção social, o direito à saúde e ao ensino;
- 2) Neste 1.º de Maio há que dizer «basta!» a este Governo e a esta política. Há que afirmar de forma resoluta a vontade de retomar o caminho que Abril abriu e que Maio nos mostrou ser possível: o caminho da liberdade, da justiça social, da independência nacional, do respeito pelos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos;
- 3) Apelar a todos os trabalhadores e população em geral a participar na Manifestação, convocada pelo Movimento Sindical Unitário, para o próximo dia 1º de Maio, com início marcado às 15h00 em Lisboa\Martim-Moniz;

Em Maio vamos afirmar Abril!!!”

7.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.1.4.1 - Moção/Deliberação sobre Comissões de Proteção das Crianças e Jovens

Considerando que:



1. As Comissões de Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) são entidades públicas, sem autonomia administrativa, mas com uma função muito precisa e determinante na deteção, no acompanhamento e na proteção das crianças e jovens em risco.
2. Foram criadas pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, e têm base municipal, prevendo a lei que, em municípios com maior número de habitantes, possam ser criadas mais.
3. Têm, na sua modalidade alargada, uma ampla participação de serviços públicos, quer locais quer outros de âmbito nacional que atuam no território concelhio - Câmara e Assembleia Municipais, Educação, Saúde, Segurança Social, Segurança Pública - bem como de entidades associativas e de solidariedade social, entre outras.
4. Nesta reunião, normalmente realizada de dois em dois meses, os parceiros acertam estratégias de prevenção de risco, avaliam procedimentos e corrigem-nos se for caso disso, programam atividades de sensibilização nas escolas, nas comunidades e nas famílias, enfim, ajudam a construir esta enorme rede de proteção às crianças e jovens.
5. O corpo técnico destas comissões - a que a lei chama de modalidade restrita - é composto por psicólogos, assistentes sociais, professores, educadores de infância, entre outros, que, tendo uma boa preparação, na maior parte das situações, sem limites horários e com uma dedicação enorme, coligem e tratam a informação sobre os casos que lhes são presentes pelas escolas, pelas forças de segurança e pelas outras entidades e delineiam a estratégia a adotar para cada um deles.
6. Este pessoal técnico é 'cedido' ou pela Segurança Social, pela Câmara Municipal e/ou pelo Ministério da Educação, por um número de anos limitado e, por vezes, até em horário parcial. Estas comissões socorrem-se muito de recém-licenciados em estágios ou até em atividades de voluntariado.
7. Todo este conjunto de profissionais e de representantes de entidades da comunidade procedem sob a tutela do Procurador da República que, em casos limite, toma o assunto à sua exclusiva responsabilidade.
8. Até chegar a esse ponto, há todo um conjunto de procedimentos a levar a cabo pela equipa técnica, que incluem contactos diretos com as famílias das crianças sinalizadas e que exigem um esforço gigantesco, atendendo ao facto de estes casos terem aumentado muito nos últimos anos, quer os novos, quer os transitados de anos anteriores, quer ainda os que já estavam arquivados.



9. Por todas estas razões, este trabalho é duma importância enorme na prevenção e no tratamento de problemas muito sérios que abalam o tecido social em que nos movemos.

Perante as últimas decisões do Governo que, sobretudo com a medida recente de reduzir o pessoal disponibilizado para as CPCJ pela Segurança Social, têm criado enormes dificuldades ao seu funcionamento, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 27 de Abril de 2015 delibera:

- 1.º Manifestar a sua grande preocupação pelas condições de extrema fragilidade em que está a funcionar a CPCJ deste concelho, com enormes restrições, designadamente quanto aos recursos humanos.
- 2.º Exigir que o Governo e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social reponham nesta CPCJ o número de técnicos necessários ao seu normal e proveitoso funcionamento, sob pena de, não acontecendo assim, os problemas sociais tenderem a agravar-se cada vez, nesta faixa etária de extrema sensibilidade.
- 3.º Repudiar o anúncio feito pelo Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social da doação de 116 mil euros a Instituições Particulares de Solidariedade Social para “reforçarem” com técnicos às CPCJ, ao mesmo tempo que esvazia estas estruturas e despede profissionais com provas dadas. Esta delegação encapotada de competências das CPCJ para as IPSS reforça a intenção de o Estado se desresponsabilizar por uma área vital para o futuro de milhares de crianças e jovens, cujo objetivo final, a sua privatização, seria totalmente irresponsável.”

7.1.4.2 - Moção Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio

A 25 de Abril de 1974 a ditadura fascista foi finalmente derrotada e nunca será demais prestar homenagem aos militares do Movimento das Forças Armadas que estiveram envolvidos no movimento revolucionário e a todas e todos que, durante décadas, resistiram das mais diversas formas, afrontando em condições difíceis a arbitrariedade, a discriminação, a desigualdade, a prepotência e as prisões; não podemos esquecer que muitas e muitos foram aquelas e aqueles que deram a sua própria vida pela Liberdade e pela Democracia.

Comemorar o 25 de Abril de 1974 é prosseguir um caminho de luta em defesa de direitos alcançados com grande empenhamento, esforço, determinação, abnegação e coragem. Aprendemos a viver em democracia e quando assistimos ao ataque a



direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, não podemos ficar indiferentes.

No decorrer das últimas semanas foi possível confirmar, com a observação de imagens, a situação vivida em muitas urgências hospitalares; uma reportagem trazida ao conhecimento do grande público, ilustra de forma indesmentível a gravidade da situação. Ao contrário daquilo que é afirmado pelo Governo, persistem e agravam-se enormes deficiências e debilidades que não se coadunam com os mais elementares direitos à saúde. É hoje notória a falta de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, macas amontoadas pelos corredores, ausência de resposta aos problemas dos doentes que esperam horas para serem observados e também falta de artigos indispensáveis ao normal funcionamento das urgências.

A realidade vivida pela maioria das portuguesas e dos portugueses não pode deixar de continuar a merecer uma atenção muito especial.

No contexto social, político e económico em que nos encontramos em 2015, iremos comemorar o 41º Aniversário do 25 de Abril, conscientes das enormes dificuldades com que nos confrontamos mas não baixaremos os braços e continuaremos a resistir com vigor aos confiscos, esbulhos e roubos que foram levados a efeito nos últimos anos nos salários, pensões e reformas e também nos apoios sociais.

A propaganda oficial do governo é desmentida no dia-a-dia pela realidade vivida pela maioria das portuguesas e dos portugueses.

As crianças que chegam com fome às escolas atingem números muito elevados.

O desemprego jovem chegou aos 35% e está a subir ininterruptamente desde Outubro de 2014.

A dívida pública ultrapassou os 130% do PIB.

A percentagem de população residente em risco de pobreza e exclusão social atingiu 27,5% em 2013.

Há mais de meio milhão de portuguesas e portugueses sem emprego e sem acesso a qualquer tipo de apoio social.

A taxa real de desemprego atingiu 23,8% o que significa que cerca de um milhão de portuguesas e portugueses se encontram nesta situação.

O número de trabalhadores que ganha o salário mínimo nacional, duplicou entre 2005 e 2014.



Os idosos portugueses são dos mais pobres da Europa e a média das pensões está muito abaixo dos valores mínimos necessários para as despesas que têm que suportar.

Entre 2010 e 2014, o aumento da carga fiscal sobre o trabalho, foi em média de 4,5% o que corresponde ao valor mais alto de todos os países da OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

O novo regime implementado pela Lei 81/2014 que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado, cria novas desigualdades e novas injustiças. A lei facilita os despejos e não só desprotege as populações mais frágeis como também as discrimina. A sua revogação é uma exigência dos moradores dos bairros abrangidos por esta Lei, em defesa do direito à habitação consignado no Artº. 65.º da Constituição da República Portuguesa.

Celebrar o 1º de Maio representa, atualmente, lutar contra práticas que há muito considerávamos ultrapassadas mas que ressurgem com novas roupagens nos ataques às funções sociais do Estado, num período em que aumenta o desemprego e se agudizam as dificuldades económicas da maioria das portuguesas e dos portugueses.

Muito está por fazer e o exemplo da luta que tem sido levada a efeito por largos sectores de atividade profissional conduzem à conclusão de que apenas persistindo na defesa dos direitos, liberdades e garantias, consagrados na Constituição da República Portuguesa, será possível concretizar o que, em 25 de Abril de 1974, acreditámos ser possível obter.

No presente ano teremos oportunidade de encontrar respostas e soluções necessárias e indispensáveis para inverter o rumo dos acontecimentos. Saibamos, pois, fazer escolhas que contribuam para um futuro com dignidade e justiça social.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de Abril de 2015, delibera:

- Saudar o 25 de Abril de 1974 e os valores e princípios consignados na Constituição da República Portuguesa;
- Saudar o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, em defesa do direito ao trabalho e de condições de vida com dignidade;
- Saudar a continuação da luta das portuguesas e dos portugueses por um futuro com liberdade, paz, pão, habitação, saúde, educação e justiça.”

7.1.4.3 - Moção/Resolução sobre Transmissão de Áudio e Vídeo das Sessões da Assembleia Municipal



Com o objetivo de melhorar o conhecimento dos cidadãos da atividade em plenário da Assembleia Municipal de Almada e assim reforçar a participação dos munícipes na coisa pública municipal.

Considerando que as novas tecnologias possibilitam aos munícipes aceder ao visionamento em direto das reuniões do órgão deliberativo do município, desde que seja assegurada a transmissão através da internet.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de Abril de 2015, delibera:

1. Transmitir as suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da Internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos, solicitando para isso os meios necessários do município;
2. Que as sessões da Assembleia Municipal possam ser transmitidas em direto por uma Rádio ou Televisão local que manifestem interesse na respetiva transmissão;
3. Disponibilizar para consulta a qualquer cidadão o áudio e vídeo, registados durante as suas sessões, no site da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal ou noutro criado para o efeito.”

7.1.5 - O Sr. Deputado Municipal José Gabriel (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Acordos Coletivos de Empregador Público - ACEP

Ano e meio volvido sobre a celebração de Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) entre o Município de Almada, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP), nos quais, entre outras matérias, foi acordada e fixada a manutenção do período normal de trabalho (pnt) em 35 horas semanais, a Secretaria de Estado da Administração Pública (SEAP) remeteu à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e, posteriormente, ao Município, um documento com aqueles que seriam os critérios balizadores da sua intervenção negocial no âmbito da celebração de ACEP, particularmente em matéria de pnt.

Seja pelo seu conteúdo, pelo entendimento que deixa transparecer sobre a dimensão autónoma do Poder Local Democrático e o seu papel no quadro político-constitucional vigente, pela tábua rasa que pretende fazer sobre o percurso que, em matéria de negociação coletiva, foi realizado ao longo de mais de um ano pelos Municípios, pelos sindicatos e pelos trabalhadores da administração pública, seja ainda pela forma como pretende esquecer as posições que, de forma clara e perentória,



foram sobre esta matéria assumidas pela autarquia e, entre outros, pelo Provedor de Justiça ou pela Área Metropolitana de Lisboa, o documento em causa revela-se inaceitável.

Ele confirma aquilo que os Municípios vêm afirmando ao longo de todo este tempo: a vontade do Governo de intervir diretamente nos processos de negociação coletiva entre autarquias e sindicatos, condicionando-os, bem como à vontade das partes envolvidas, desde logo através da imposição de matérias de “negociação obrigatória” como a flexibilidade e o banco de horas.

Com a proposta apresentada o Governo levou a sua vontade e a sua conceção distorcida do papel do Poder Local Democrático ao ponto de violar o teor do próprio parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República no qual tem procurado escudar a sua ação.

De facto, este é exposto ao afirmar que, mesmo havendo uma intervenção do Governo nos processos negociais, a mesma não poderá consubstanciar “a faculdade de dar ordens ou emitir diretivas à entidade autárquica por força da autonomia de que esta goza”, cumprindo ao Governo “atuar e adotar posições que respeitem o direito de contratação coletiva constitucionalmente reconhecido às associações sindicais e o princípio da promoção da contratação coletiva”.

Mas o ofício enviado vai ainda mais longe, esforçando-se por lançar um manto de esquecimento sobre o facto de a maioria das autarquias continuar hoje a observar um pnt de 35 horas semanais, sustentando as suas decisões em ACEP validamente negociados e celebrados.

ACEP a cuja publicação e depósito o Governo vem, há mais de um ano, obstando de forma ilegal.

Desconhecerá o Governo que continuam neste momento pendentes nos Tribunais centenas de ações judiciais exigindo o depósito e publicação dos ACEP validamente celebrados e a declaração de inconstitucionalidade da norma que prevê a intervenção do Governo na celebração dos mesmos?

Desconhecerá o Governo o teor do requerimento apresentado pelo Sr. Provedor de Justiça ao Tribunal Constitucional no qual suscita a análise da questão vertente aduzindo, entre outros argumentos de relevo, a circunstância de ser “de todo impensável, em conformidade com o sentido da doutrina constitucional, anteriormente exposta, uma intervenção do Governo na esfera da celebração de acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica, que extravase uma



tutela administrativa para “verificação do cumprimento da lei por parte dos órgãos autárquicos”, como se define no n.º 1 do artigo 242.º da Lei Fundamental, sob pena de violação do mesmo.”?

Desconhecerá o Governo a vontade expressa dos Municípios e da sua Associação Nacional de recusar qualquer intervenção exógena no quadro constitucionalmente consagrado das suas competências e atribuições próprias?

É-lhe impossível desconhecer.

Daí que esta vontade de “começar de novo”, de “voltar ao princípio” e de “reiniciar processos negociais”, represente um ato de manifesta má-fé, como se as Autarquias e, em particular, o Município de Almada, não houvessem já, de forma válida e ao abrigo dos regimes legais habilitantes em vigor, realizado todo esse percurso, encontrando, com os seus trabalhadores e as suas associações sindicais representativas, o caminho que, no quadro da sua autonomia constitucional e em correspondência com os seus interesses democraticamente aferidos e ponderados, lhes serve.

Um ato que a nenhum título poderemos aceitar, cabendo-nos, ao invés, reforçar a necessidade de, em defesa da autonomia do Poder Local Democrático e dos direitos dos seus trabalhadores, reiterar a nossa vontade e intenção de, como até aqui, promover por todos os meios ao nosso alcance o direito das autarquias locais à negociação coletiva num quadro de liberdade e autonomia consentâneo com o regime constitucional e com o direito internacional vigente, bem como a publicação e depósito dos ACEP validamente negociados e celebrados, fazendo assim cessar os impedimentos ilegais que o Governo vem levantando aos mesmos.

Neste sentido,

A Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2015, afirma:

- a) O direito das Autarquias Locais a encetarem e concluírem, num quadro de autonomia efetiva compatível com as normas nacionais e internacionais vigentes, negociações tendentes à celebração de Acordos Coletivos de Empregador Público;
- b) A firme rejeição de qualquer intervenção do Governo nos processos de negociação coletiva;
- c) A necessidade de publicação e depósito de todos os ACEP validamente celebrados, fazendo assim cessar os obstáculos levantados pelo Governo que ilegalmente, têm obstado às mesmas.”



7.1.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Novo regime jurídico da renda apoiada

É urgente a alteração o da Lei nº 81/2014 de 19 dezembro.

A Lei nº 81/2014, de 19 dezembro que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado não contempla as propostas e aspirações da generalidade dos moradores dos bairros propriedade do IHRU.

O governo e a maioria que o suporta na Assembleia da Republica ignorou a contestação dos moradores dos bairros sociais, que atingiu elevada expressão no concelho de Almada, contra os aumentos das rendas determinados pela aplicação da legislação anterior, DL nº 166/93, sobretudo pela aplicação de uma fórmula desajustada e injusta.

Ao contrário da expectativa criada com as promessas da melhoria da legislação os critérios para o cálculo das rendas não foram significativamente alterados.

A legislação agora publicada viola frontalmente a autonomia do poder local, impedindo a aplicação de regulamentos específicos aprovados pelos órgãos próprios dos municípios que melhor se adaptem à realidade dos bairros da sua propriedade, e institui uma verdadeira precarização do direito à habitação consagrado na Constituição da República.

A nova legislação não serve os interesses e as necessidades da generalidade dos moradores dos bairros sociais e por isso torna-se obrigatória, tão cedo quanto possível, a sua alteração.

É urgente a introdução de critérios de maior justiça social na determinação do valor da renda apoiada, como por exemplo, a contabilização do valor líquido dos rendimentos fixos e regulares, excluindo os prémios e subsídios de carácter não permanente, como horas extraordinárias, subsídios de turnos, entre outros, considerando apenas um valor parcial das reformas e pensões sempre que não atinjam o montante equivalente a três vezes o salario mínimo nacional, e consideração de um limite máximo do valor da renda a pagar fixado em 15% do rendimento global do agregado considerado de acordo com os critérios referidos.

É fundamental repor a autonomia do Poder Local Democrático para que possa continuar a administrar em toda a plenitude o seu parque habitacional.

É obrigatório criar na lei a estabilidade do direito à habitação.



A maioria PSD/CDS que, ao longo da legislatura sempre votou contra as propostas visando a melhoria da proteção dos moradores e arrendatários apresentadas na Assembleia da República, voltou a inviabilizar as alterações à lei, que correspondam às aspirações e anseios dos moradores dos bairros sociais propriedade do IHRU.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 27 de Abril 2015 delibera:

- a) Manifestar a sua discordância relativamente a intransigência do governo e da maioria PSD/CDS na rejeição da melhoria do regime jurídico de renda apoiada;
- b) Reclamar do governo o respeito pela autonomia do Poder Local com vista a repor a possibilidade de definirem os seus próprios regulamentos na definição dos valores das rendas dos fogos de que são proprietários;
- c) Reafirmar a sua solidariedade com os moradores dos bairros do IHRU.”

7.1.7 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela rejeição do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros

O Governo apresentou à Assembleia da República a Proposta de Lei nº 287/XII, que “Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros”.

Deste diploma destaca-se fundamentalmente uma dupla ameaça para o Serviço Público: a inconsistência da proliferação de “autoridades de transportes” sem que lhes correspondam níveis e âmbitos de responsabilidades hierarquizadas em função de um modelo articulado global de serviço público de transportes; e a aposta num modelo de financiamento que virá a assentar exclusivamente em receitas municipais - sendo estas em larga medida suportadas em novos encargos, a serem exigidos aos utentes e às populações, pervertendo assim totalmente as expectativas alimentadas com a propaganda de “descentralização”.

Com este diploma, os Municípios são investidos desde já na qualidade de “Autoridades de Transportes”, com um conjunto de novas responsabilidades, alargado e de maior âmbito, num quadro de imposição de enormes constrangimentos financeiros, organizativos e de admissão de técnicos qualificados.

Desta forma, o poder central desresponsabiliza-se totalmente, do ponto de vista financeiro, nas compensações de serviço público aos operadores, remetendo integralmente para os Municípios esses custos - os quais, por serem evidentemente insustentáveis nos orçamentos municipais, impõem aos Municípios o odioso da



suposta “inevitabilidade” de novos agravamentos da carga fiscal da população e utentes.

Tal quadro de insustentabilidade é agravado pela falta de clareza e consequência das formas de articulação dos vários âmbitos de responsabilidades atribuídas às inúmeras “autoridades de transportes”, pela liberalização dos âmbitos de responsabilidade, resultando numa geometria variável sem garantia de eficiência de integração do sistema de transportes.

Na Área Metropolitana de Lisboa, destaca-se ainda a contraditória decisão do Governo em antecipar concursos para a concessão de serviço público de transporte assegurado pela Transtejo, Carris e Metropolitano - operadores, ainda públicos, que são estruturantes dos demais modos que operam na região metropolitana - numa estratégia de manifesta subversão do que é preconizado no próprio diploma em apreço.

A Proposta de Lei nº 287/XII foi aprovada no seu texto final, em votação final global na Sessão Plenária da Assembleia da República do passado dia 17. Teve o voto favorável do PSD e CDS-PP e o voto contra dos restantes partidos.

Assim, está colocada ao Presidente da República a responsabilidade sobre a não promulgação deste diploma resultante do texto final aprovado na AR. Caso seja promulgado e entre em vigor, terá impactos gravíssimos no funcionamento dos Municípios do ponto de vista orgânico e financeiro, no agravamento das condições de vida dos portugueses, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista funcional, bem como no maior agravamento da desarticulação do serviço público de transportes.

Face ao acima exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária a 27 de Abril de 2015, delibera:

1. Manifestar a sua total oposição ao designado “Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros”, aprovado na sequência da Proposta de Lei n.º 287/XII.
2. Saudar a Câmara Municipal pela posição de rejeição também assumida no dia 18 de Março de 2015 relativamente a este diploma, aquando da discussão pública que foi promovida pela Assembleia da República no âmbito do processo legislativo.
3. Apelar ao Presidente da República para que considere os impactos e consequências, da maior gravidade, que o diploma em questão provocará para



o poder local, as populações e o serviço público - e que perante esse quadro decida pela não promulgação da lei e pela sua e o serviço público - e que perante esse quadro decida pela não promulgação da lei e pela sua devolução à Assembleia da República.”

7.1.8 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta Moção tem a ver com um território que é um território que não é de somenos importância, a Costa da Caparica. Um território que entendemos nós, e penso que é entendimento de todos, tem potencial intrínseco que é de aproveitar, que deve merecer a nossa atenção, deve merecer o nosso investimento e deve merecer uma visão estratégica de desenvolvimento para alavancar um crescimento também para todo o Concelho. Queremos com esta Moção destacar um momento importante que representa o passado dia 21, no reafirmar de vontades, no reafirmar numa estratégia de desenvolvimento para a Costa da Caparica, que foi a assinatura entre um conjunto de concessionários da frente urbana de praias e a Agência Portuguesa de Ambiente onde esteve presente o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e o Sr. Presidente da Câmara, e esta Moção serve para marcar um dia que é importante em relação a uma visão estratégica que é fundamental que seja partilhada por todos, a começar no Governo, começando pela autarquia e acabando em todos os cidadãos de Almada. É que a Costa da Caparica tem e merece a nossa atenção face ao valor que tem, face ao valor estratégico que representa e ao necessário investimento que tem que ser implementado naquela terra, naquele território e num conjunto de realidades e oportunidades que ao longo dos anos tem sido esquecido por sucessivos governos, mas também por um conjunto de autarcas, que na visão estratégica foram partilhando vontades, mas não foram concretizando ações concretas de desenvolvimento na Costa da Caparica. E por isso a deliberação que propomos é simples.

Moção/Deliberação A requalificação e valorização da Costa da Caparica é para continuar!

A Costa da Caparica é uma pérola da nossa terra e é um território que tem tudo para ser um dos motores do crescimento económico do nosso concelho.

O que é reconhecido por todos é que apesar deste potencial o seu aproveitamento não tem sido pleno e é fundamental uma visão estratégica integral, articulada e exequível. Uma estratégia que requalifique, preserve, valorize o seu património



ambiental, multiplique o valor turístico e económico. Um caminho que só é possível com uma articulação vital entre Governo e Autarquias.

O passado dia 21 de Abril foi um dia importante para o reafirmar desta vontade. Neste dia foram assinadas adendas aos contratos dos concessionários da frente urbana de praias, com novas e melhores condições, que corrigem erros, devolvem sustentabilidade e, acima de tudo, como ficou claro na intervenção de todos os presentes- do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, do Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao representante dos concessionários- reafirmou-se a vontade de continuar o processo de valorização da Costa da Caparica.

Independentemente do modelo de gestão e financiamento, o que é fundamental é que continue a desenvolver-se o processo de reabilitação e requalificação da Costa da Caparica, e o que ficou claro é que essa ambição mantêm-se mesmo depois do final da sociedade CostaPolis.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida na sessão ordinária de Abril delibera:

- 1- Reafirmar a fundamental importância estratégica de que continue a promover-se e a concretizar-se um projeto de valorização e requalificação da Costa da Caparica.
- 2- Saudar o Governo, a Câmara Municipal e todos os agentes institucionais e económicos, pelo reafirmar conjunto do seu compromisso para que esse processo continue.”

7.1.9 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Ribeiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre consulta jurídica para todos

A Constituição da República Portuguesa consagra, no seu art.º 20º, n.ºs 1 e 2, o acesso ao direito a todos os cidadãos, independentemente da sua condição socioeconómica.

Desta forma, ninguém, em condição de insuficiência económica, deve ficar com dúvidas, ou deve deixar de ver reconhecidos os seus direitos, ou impedido de defendê-los.

Como é por todos sabido, muitas vezes, em situação de carência económica, os cidadãos solicitam junto da Segurança Social, a nomeação de advogado, quando o que realmente necessitam é de aconselhamento jurídico. Obviamente que este procedimento muitas vezes perde a sua atualidade, pelo tempo que demora a nomeação de profissional.



Outras vezes, os cidadãos nem sequer fazem valer os seus direitos, em virtude da sua insuficiência económica, ou de desconhecimento.

Julgamos que o acesso ao direito deve ser para todos, deve revestir um carácter de maior proximidade e celeridade.

Desta forma, e nos termos dos art.ºs 14º e 15º, n.º 5, da Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto, bem como o art.º 63º, da Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, defendemos que deve ser diligenciado junto da Ordem dos Advogados, a celebração de um protocolo, para ser prestada consulta jurídica gratuita nas Juntas de Freguesia, prestada por profissionais devidamente habilitados, nomeados pela Ordem dos Advogados.

Importa salientar que, a importância de uma iniciativa desta natureza, não só garantiria a independência dos profissionais e a sua competência, porque nomeados pela Ordem dos Advogados, como permitiria que o acesso ao direito pudesse ser usufruído por todos que dele necessitam, com um carácter de proximidade, muito útil para pessoas com dificuldade em se deslocarem, quer por dificuldades físicas em virtude da idade ou de incapacidades físicas, quer por insuficiência económica.

Além do mais, pelo facto de serem profissionais nomeados pela Ordem dos Advogados, existe o selo de garantia prestada pela mesma, combatendo desta forma a procuradoria ilícita, bem como o agenciamento ilícito de clientela.

Como tal, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de Abril de 2015 delibera:

- 1- A Câmara Municipal de Almada deverá diligenciar junto da Ordem dos Advogados no sentido da celebração, no mais breve prazo possível, de um protocolo para prestação de consulta jurídica gratuita nas Juntas de Freguesia aos munícipes com comprovada insuficiência económica
- 2- A Câmara Municipal de Almada deverá apoiar as juntas de freguesias a criarem condições logísticas nomeadamente físicas e organizacionais, para a efetivação das consultas jurídicas aos munícipes, por forma a garantir o sigilo a que devem ficar adstritas, bem como o bom funcionamento das mesmas.”

7.1.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Todos nós temos consciência que o Mercado do Laranjeiro não cumpre hoje aquele que foi o seu desiderato, o seu objetivo, a sua missão, seja pelo local que se calhar não foi o mais feliz, se calhar, seja pelas condições do mercado ou de acesso ao mercado, seja também pelo facto de haver alguns equipamentos similares que em



relativa proximidade geográfica acabam por manifestamente ter uma procura mais firme por parte dos consumidores, e ao longo dos últimos anos apesar de ser um mercado muito recente e, se não estou em erro de 2007, o Mercado do Laranjeiro não cumpre hoje cabalmente aquilo que todos esperávamos que fosse um espaço de comércio, um espaço de atratividade dos cidadãos. E hoje, aquilo que manifestamente apresenta é um mau cartão de visita com condições de infraestruturas já bastante sofridas, onde manifestamente também não se cumpre atividade económica com a pujança devida, pelo que a proposta que apresentamos a esta Assembleia para deliberação é a seguinte.

Moção/Deliberação Mercado do Laranjeiro: Urgente remediar o mal

A substituição do velho Mercado do Laranjeiro era uma necessidade pois que na sua proveta idade já não podia responder às exigências postas pelos tempos

Contudo, um Mercado não pode ser entendido como um local onde se “ajunta” a venda de artigos diversos e alimentos a adquirir “fielmente” pelos clientes

Um Mercado, nos tempos atuais, pode e deve continuar a ser um local que bem resiste à impessoalização característica das áreas comerciais, um local onde o cliente empatiza com o comerciante sentindo-se parceiro da sua atividade, um local onde nos espaços de venda pulula vida, um local dotado de diversidade de oferta de transporte coletivo, um local com facilidade de estacionamento, etc., um local onde apeteça estar e onde apeteça ir, enfim, um local onde a vida fervilhe

O Mercado do Laranjeiro é a negação deste Mercado pese embora os milhões do erário público ali investidos!

No Mercado do Laranjeiro os clientes dramaticamente escasseiam, abundam as bancas e lojas vazias (a quase totalidade) há longo tempo, a falta de iluminação na escadaria de acesso ao piso inferior onde sobra a água empoçada, abundam as infiltrações, os buracos no teto (falso) e, qual cereja em cima do bolo, o acesso ao Bazar só é possível a quem não tem constrangimentos físicos (somente é possível por escadaria!)

Da quase inexistente oferta de transporte público nem vale a pena falar!

O Mercado do Laranjeiro sofre de “doença prolongada”

Urge encontrar a “resposta” que a população merece, urge oferecer à população e aos comerciantes um verdadeiro, funcional e apelativo serviço de Mercado!

Tendo presente o exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária de Abril de 2015, delibera:



- 1 - Que o executivo da Câmara Municipal, em articulação com a Junta de Freguesia, promova um estudo de viabilidade e de revitalização conducente à existência no Laranjeiro de um mercado que sirva, na realidade, os interesses da população
- 2 - Que as soluções encontradas sejam, num prazo de 6 meses, divulgadas e colocadas em consulta pública.”

7.1.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Ao festival Caparica Primavera Surf Fest

Em contraponto ao panorama económico nacional que permanece deprimido, a Câmara Municipal de Almada continua a apostar num investimento consolidado em atividades turísticas, culturais e desportivas que contribuem para o desenvolvimento económico e social da Costa da Caparica, e do Concelho em geral.

Foi neste quadro que se realizou, entre os dias 26 de Março e 4 de Abril na Praia do Paraíso, a primeira edição do Festival Caparica Primavera Surf Fest. Foram 10 dias de celebração dos desportos de onda, da música, das associações e clubes do concelho, do desporto escolar e do cinema.

Tratou-se de uma nova aposta da Câmara Municipal na promoção, a nível nacional e internacional, das potencialidades únicas da frente atlântica do nosso concelho, que contraria o carácter sazonal que o turismo ainda revela naquela área privilegiada, e representa um novo contributo para ressarcir o impacto negativo que as intempéries do início do ano de 2014 tiveram.

Os géneros musicais que se ouviram foram vários, com a participação de dezenas de bandas como Cais Sodré Funk Connection e You Can't Win Charlie Brown e nove DJs como Diego Miranda e Dj Ride que atraíram milhares de pessoas, traduzindo-se em taxas de ocupação hoteleira elevadas e no atingir da lotação máxima do recinto ao 3º dia.

Foram exibidas curtas de cinema incluídas no SAL - Surf at Lisbon Film Fest, um evento inovador no panorama cultural e desportivo português dedicado à divulgação da cinematografia associada ao Surf.

Mais de 500 desportistas de surf e de bodyboard competiram em diferentes provas como na World Surf League JQS 1000 - European Junior Series, na 1ª Etapa do Circuito Nacional de Bodyboard Open Masc/Fem/DK, no Nacional Surf Esperanças - Circuito Regional da Grande Lisboa e no Encontro Nacional de Desporto Escolar. Estas provas colocam a Costa da Caparica em alguns dos mais importantes circuitos



de surf e bodyboard, projetando além fronteiras a excelência das praias caparicanas como local de prática destas modalidades.

No paredão, decorreram o Element Skate Ramp Tour, que contou com a exibição de 16 dos melhores skaters nacionais, competições de hip hop e outras atividades gratuitas dinamizadas pelos 40 pavilhões das associações e escolas de surf que estiveram presentes.

Também integrado no festival, e em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, realizou-se o 1º Colóquio “A Costa na Crista da Onda”, debatendo-se temas como o valor da onda e a cultura oceânica na Costa da Caparica.

O Caparica Primavera Surf Fest foi um festival de surf e música único na Europa, que reuniu quatro campeonatos de várias modalidades de ondas ao que de melhor se faz atualmente na música em Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2015, delibera:

1. Saudar a Câmara Municipal de Almada pelo êxito da primeira edição do Festival Caparica Primavera Surf Fest e pelo seu trabalho articulado com diversas entidades e associações do concelho na realização de um evento único na Europa.
2. Saudar o anúncio da realização da 2ª edição do Caparica Primavera Surf Fest, que confirmando a determinação da Câmara Municipal em prosseguir o investimento na captação de iniciativas capazes de promover o desenvolvimento económico e social do Concelho e da Costa da Caparica em particular, trará uma vez mais às praias do concelho muitos desportistas nacionais e internacionais bem como as suas famílias e os amantes do desporto e da natureza, contrariando o carácter sazonal do turismo na região através do aproveitamento dos seus recursos naturais ímpares, nomeadamente das ondas.”

7.1.12 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Parque infantil com equipamentos adaptados “Oportunidade para todos”

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e retificada também por Portugal, o seu Artigo 31º “reconhece à



criança o direito ao repouso e aos tempos livres, tal como o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade.”

Estabelece ainda a convenção que os estados que fazem parte da mesma devem proporcionar às crianças o direito de participar plenamente na vida cultural e artística tal como adequar em seu benefício as mais diversas formas que promovam os tempos livres, as atividades recreativas, artísticas e culturais em condições de igualdade.

É nessa igualdade que os estados e demais responsáveis entre as quais as próprias autarquias, devem proporcionar às crianças com necessidades especiais um ambiente acolhedor onde as mesmas se possam sentir como parte da comunidade, contribuindo para o seu crescimento emocional estável e equilibrado ajudando a derrubar barreiras e preconceitos.

Em seu abono, é fundamental que se possam criar todas as condições para que a integração de crianças com cuidados especiais, portadoras de deficiência ou mesmo de mobilidade reduzida ou condicionada seja plena no seu contexto psicológico, social e educativo e que possam ver suprimidas as barreiras não só sociais e estigmatizantes, mas também todas as barreiras físicas permitindo quer às mesmas quer aos pais e encarregados de educação, o acesso à mobilidade e ao uso dos espaços que devem ser comuns e inclusivos permitindo que também essas crianças possam ter direito e acesso à sua atividade ocupacional e às mesmas oportunidades conjuntamente com as restantes.

Posto isto, deve ser salvaguardado em nome dos direitos da criança a oportunidade de um convívio social e harmonioso ajudando a combater a indiferença proporcionando a todas aquelas que necessitam de cuidados especiais uma melhor e adequada inclusão e adaptação à sociedade

Desta forma, e porque os municípios têm entre os demais um papel estruturante no que diz respeito à mobilidade, às acessibilidades e à promoção da igualdade e luta contra a exclusão e indiferença, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária a 27 de Abril de 2015 na localidade da Cova da Piedade, defende:

Que a Câmara Municipal de Almada em articulação com as Juntas de Freguesia do concelho possam encetar todos os esforços adaptando o mobiliário urbano com vista à instalação de equipamento/brinquedos devidamente adaptados nos parques infantis, jardins, praças, parques públicos ou outros locais devidamente a considerar, que possibilitem às crianças portadoras de deficiências ou demais cuidados e necessidades



especiais o usufruto do seu espaço comunitário a que têm direito em conjunto com as outras crianças e devidamente em segurança.”

7.1.13 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao 1º de Maio

Até 1886, os direitos sociais no trabalho eram apenas uma miragem. A revolta de 500 mil trabalhadores em manifestação nas ruas de Chicago, em luta por um trabalho digno, pela redução do horário de trabalho para 8 horas marcaria para sempre o curso da história do mundo laboral.

Nesse sentido, o 1º de Maio de 2015 deve prestar uma justa homenagem aos homens e mulheres que ousaram romper com a injustiça e a exploração, numa caminhada sangrenta onde muitos perderam a vida, na luta pelos direitos e que viriam a beneficiar as gerações futuras.

Importa também recordar e enaltecer, todos aqueles que em Portugal, durante o fascismo, com greves e manifestações, lutaram contra a falta de direitos no trabalho e pela conquista da liberdade.

Atualmente, Portugal enfrenta uma profunda crise social, têm uma taxa de desemprego alarmante, que afeta de forma especial os mais jovens, forçando-os a emigrar; e a precariedade no emprego é uma realidade que a todos, direta ou indiretamente, nos afeta.

Ainda recentemente, o Relatório da Crise da Cáritas Europa 2015 referiu que Portugal foi o país em que mais aumentou o risco de pobreza e exclusão social em 2014, logo seguido pela Grécia.

Num momento em que o Estado de Direito sofre graves convulsões, em que se coloca em causa o Estado Social, conquista de Abril, e em que os trabalhadores vêm diminuídos os seus direitos e diminuído e desvalorizado o valor do seu trabalho, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Abril de 2015 delibera:

- Saudar todos os trabalhadores Portugueses e as suas organizações representativas, bem como as suas conquistas nos últimos 41 anos;
- Apelar a todos os trabalhadores para que lutem intransigentemente pela defesa dos direitos dos trabalhadores, participando em todas as iniciativas em defesa do emprego;



- Apelar à participação de todos os trabalhadores nos diversos eventos comemorativos desta data.”

7.1.14 - A Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Contratação de prestação de serviço de tradução de português falado/língua gestual portuguesa

Contratação da Prestação de serviço de tradução de português falado/língua gestual portuguesa

Considerando que:

- Se estima que em Portugal existam entre 30.000 a 50.000 surdos falantes nativos de língua gestual portuguesa;
- A maior parte dessas pessoas surdas vive em aglomerados urbanos, como o concelho de Almada;
- Fora do seu meio familiar, os surdos têm grandes dificuldades de comunicação quando não se encontram acompanhados por alguém que comunique verbalmente em português;
- As dificuldades de comunicação levam a dificuldades em tratar de assuntos essenciais à organização pessoal e em sociedade;
- As dificuldades financeiras da maioria dos agregados familiares impossibilitam a contratação direta de intérpretes de língua gestual.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 27, 28 e 29 de Abril de 2015, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal de Almada a contratação de um intérprete de língua gestual portuguesa (ou de uma empresa que forneça esse serviço), de modo a acompanhar qualquer pessoa surda (e falante dessa mesma linguagem) a todo e qualquer serviço público (serviços municipais, de finanças, emprego, segurança social, escolares, etc.) do concelho de Almada*.

* Operacionalização do serviço: mediante marcação prévia (por e-mail, SMS ou telefone - neste caso por parte de um terceiro), sendo indicado o local onde o surdo pretende tratar do assunto. No dia, hora e local combinado, surdo e intérprete encontram-se e dirigem-se ao serviço público, tratando do assunto em causa. O serviço será gratuito para o utente surdo.”

Relativamente a este documento nº 16, fui abordada relativamente a esta questão, com a proposta de baixar à comissão, considerando que a Câmara Municipal tem um



projeto, um programa idêntico à nossa proposta que está parado e que portanto poderia pegar-se nele agora, já que vai de encontro àquilo que eu ia propor.

7.2 - No debate dos documentos apresentados no ponto 7.1 usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria D'Assis, Maria Odete Alexandre, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Nuno Matias, Joana Mortágua, Luísa Ramos, Sérgio Bastos, Luís Palma, António Pedro Maco, Nuno Vitorino, Nuno Matias, Luísa Ramos e a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal usaram da palavra os Srs. Vereadores José Gonçalves, Rui Jorge Martins e o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão.

7.2.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria D'Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à Moção sobre a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, eu queria aqui de facto referir que a bancada do Partido Socialista concorda no global com ela. No entanto referindo relativamente à CPCJ de Almada, pese embora de facto que se tenha verificado a saída de dois técnicos da Segurança Social que fazem a assessoria jurídica, assessoria aos técnicos gestores do processo. De facto pelo grande empenho e dedicação dos técnicos envolvidos, não se tem refletido de facto em termos do acompanhamento das situações. E aqui quero ressaltar de facto, pese embora a crise que nós estamos a atravessar, tem-se verificado ao nível de Almada uma ligeira diminuição das situações de risco - perigo e que muito se deve de facto ao empenho e dedicação dos técnicos que estão envolvidos na Comissão. Também outro aspeto que gostaríamos de ressaltar tem a ver em termos das Comissões há uma grande necessidade do enfoque ao nível da prevenção. E ao nível da prevenção também há a necessidade da criação no Concelho de algumas estruturas de apoio, nomeadamente ao nível dos Centros de Apoio e Aconselhamento e Formação Parental, que de facto este Concelho não dispõe, bem como uma unidade de autonomização para os jovens que saem dos lares, de facto são duas estruturas em termos do Concelho que não existem e que eu penso que seriam importantes poder-se contar, porque laborariam no sentido de facto de prevenir em termos ao nível do CAAFP e de remediar de uma forma diferente ao nível dos jovens que saem dos Lares e dos Centros de Acolhimento.”

7.2.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Dado que o meu tempo não é muito, eu selecionei apenas duas Moções das quais eu gostaria de dar o meu contributo. A Moção sobre as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, eu gostaria de dizer o seguinte, quem faz parte das Comissões não são parceiros, são Comissários. E esses Comissários nos termos da Lei, alguns representam os Serviços Locais, nomeadamente a Câmara Municipal, a Saúde, a Educação, a Segurança Social, as IPSS, etc., e há depois elementos cooptados, isto é, há pessoas que sendo da sociedade civil são requisitados pela própria Comissão e o termo técnico é cooptação, para darem o seu contributo, este contributo é dado na medida em que estas pessoas têm alguma experiência e eventualmente algum saber nas áreas que são necessárias nas Comissões. Há algumas pessoas que são cooptadas a título individual e daí lá existirem algumas jovens que não estando ainda no mundo do trabalho, estão em situação um pouco imprecisa. Neste momento a Comissão de Proteção tem uma estagiária da Ordem dos Advogados que está a tempo inteiro e que é uma mais valia, porque ela estando a fazer um estágio profissional, está a dar o seu contributo à Comissão com o saber que é necessário naquelas áreas que são específicas da jurisdição.

Depois eu gostava de chamar atenção para um assunto que é bastante melindroso, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada, e eu não estou em representação da Comissão de Proteção, eu estou a falar a título individual, não tem neste momento o representante das IPSS, porque as IPSS nunca se conseguiram entender para designar o seu representante, o que vem lesar a Lei.

Depois também em relação à Saúde, a representante da Saúde que é uma pessoa que todos nós reportamos de muito consciente e muito profissional, quem está a representar a Saúde neste momento na Comissão é uma Enfermeira e nos termos da Lei devia ser um Médico. Houve tempos em que a Comissão de Proteção tinha como representantes da Saúde quatro Médicos, um do Hospital Garcia de Orta, um Pediatra privado e mais dois dos Centros de Saúde. Houve tempos em que isso aconteceu. Neste momento não há nenhum Médico que represente a Saúde na Comissão de Proteção de Almada. E também os tempos que estes profissionais dão à Comissão, e eu agora gostava de fazer um apelo à Câmara Municipal, a representante da Câmara Municipal dá apenas 30% do seu tempo à Comissão de Proteção e era desejável que pudesse dar no mínimo 50% do seu tempo, no mínimo, porque é um elemento de mais valia naquela Comissão. Portanto, é um apelo que eu faço aqui, porque é muito



importante, assim como a Saúde, a Saúde só dá 30% do tempo da sua funcionária, mas também era desejável que pudesse dar muito mais.

Quanto à Segurança Social que é o assunto principal desta Moção, a Comissão de Proteção tem neste momento uma representante da Segurança Social a tempo inteiro, que como por acaso nós escolhemos como Presidente, portanto é a Presidente da Comissão de Proteção que é a representante da Segurança Social e está a tempo inteiro. E até abril do ano passado tivemos três assessoras. Com estas remodelações que a Segurança Social foi fazendo nos seus serviços passámos a ter apenas uma assessora, e isso faz toda a diferença.

Portanto, eram estas achegas que eu gostaria de dar em relação a esta Moção.

Quanto à Moção do CDS sobre o Parque Infantil com equipamentos adaptados, eu saúdo a ideia do CDS, acho que sim, que era bom que pelo menos alguns parques infantis pudessem ter equipamentos adaptados para crianças com deficiência. Eu compreendo que a autarquia não tenha possibilidades de pôr em todos os parques infantis equipamentos adaptados, eu compreendo isso perfeitamente, mas tal como em relação ao estacionamento, ele pode ser requerido o estacionamento privilegiado para os deficientes, pode ser requerido junto da autarquia para ser reservado um espaço, também os pais das crianças deficientes deveriam poder pedir à autarquia que colocasse nos parques infantis da sua área de residência os equipamentos adaptados, quer para cadeiras de rodas, quer para invisuais, portanto dentro da deficiência que por acaso existisse naquela zona e isto era uma forma de inclusão.”

7.2.3 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu apenas aproveitava para dar nota dado que temos Múncipes presentes, de que os cidadãos cooptados como os cidadãos indicados, são cidadãos alguns deles que estão quase tempo inteiro, alguns deles na Comissão restrita e não na Comissão alargada, coo pode ser considerado pela lei e são cidadãos voluntários, não ganham nem um tostão.

Importava referir isto porque por vezes pensa-se em retribuições, em ganhos, quando até os transportes são à custa desses cidadãos.”

7.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação às Moções começando pela saudação à atleta Naide Gomes iremos, como não podia deixar de ser, votar favoravelmente, dando apenas nota de que já



seria tempo de começarmos todos a pensar de que forma é que o Município de Almada pode e deve homenagear todos aqueles que levam o nome de Almada mais longe no desporto, na cultura, nas suas profissões. Penso que poderia ser interessante começarmos a pensar de que forma é que podemos todos homenagear almadenses que levam o nome da nossa terra mais longe e obviamente ao longo da sua vida nos enchem de orgulho pelo feitos que alcançam e pelo forma como nos representam e dignificam.

Em relação à Moção da CDU sobre o setor da água iremos votar contra. Iremos votar contra porque não só não concordamos com os considerandos e com a parte resolutiva ou deliberativa como se omite um conjunto de razões objetivas que importava apesar de podermos ter visões diferentes sistematizar a informação como ela é, corretamente. E sem entrar em pormenor com o que aqui é transmitido ou procurado de alguma forma panfletária acrescentar. Dar apenas nota do seguinte, em relação ao sector da água 64.3 dos 199 Municípios que estão abrangidos por esta reestruturação, que não é o caso de Almada, 64.3 destes 199 Municípios irão ter redução de tarifas e portanto 35.7 irão ter aumentos de tarifas destes 199 Municípios. Mas, para além disso é importante também destacar e naquilo que nos diz mais respeito do ponto de vista territorial, a SIMARSUL que ao fim ao cabo é a rede que está no âmbito da Península de Setúbal a organizar-se em relação a esta matéria, vai em relação àquilo que é o âmbito da reestruturação e com o impacto sobre as tarifas, vai ter uma redução nas tarifas de sete cêntimos por cada dez metros cúbicos de água consumidos. O que significa que, e isto é imprescindível que se perceba quando estamos a falar de um bem essencial como é a água, por muito que seja um espírito descentralizador de organização do sector que é vital, nós não nos podemos esquecer que a água é um bem essencial e que deve ser estruturado e organizado de forma a que chegue a todos nas melhores condições e no melhor sistema, do ponto de vista de organização e de eficiência e com uma tarifa que seja, digamos, pelo bem essencial que é no que diz respeito ao abastecimento público que não deve ser objeto de relação comercial ou de concorrência, no que diz respeito ao abastecimento público. Volto a dizer e a reafirmar, é importante que exista uma tarifa mais uniformizada no todo nacional, naquilo que diz respeito ao abastecimento de água. Ora aquilo que é o objetivo desta reestruturação é induzido este mesmo mecanismo para salvaguardar aquilo que hoje em dia é uma disparidade de tarifas que não é minimamente racional nesta lógica de bem essencial e de abastecimento público das



populações. E por isso nós não acompanhamos esta Moção da CDU, iremos votar contra.

Em relação à Saudação e Moção do 1º de Maio da CDU, bom como a do Bloco de Esquerda e a do PS, deixarmos claro o seguinte, nós não concordamos minimamente com os considerandos que aqui estão, não concordamos porque, eu também me podia lembrar e sobretudo em relação à do Partido Socialista, que Portugal não começou em junho de 2011 e muito daquilo que são as condições de emergência que foram necessárias combater a partir daí tinham contextos que ajudavam a explicar porque é que naquele momento foi necessário agir com algumas medidas, no caso de transição e de emergência. E não me esqueço por exemplo que entre 2005 e 2011, só para termos uma noção da ordem de grandeza de responsabilidades em que incorremos enquanto nação, a dívida pública bruta do País, em 2005 era cento e sete mil milhões de euros; em 2011 era cento e noventa e seis mil milhões de euros, bem acima daquilo que foi a necessidade de emergência de empréstimo. Eu ouvi agora aqui em aparte e agora é, eu posso dizer que agora são acima de duzentos e vinte mil milhões, mas com cerca de trinta mil milhões em disponibilidades de tesouro, quando na realidade em 2011 não chegavam acima de trezentos milhões. E portanto, se formos falar em dívida pública, nós estamos muito à vontade sobre esta matéria.

Agora, para dar nota que nós vamos viabilizar a parte deliberativa das três Moções, porque entendemos nós tirando, e no caso da CDU estava a cometer aqui um erro, porque obviamente vamos votar o ponto primeiro, naquilo que é a afirmação de que Portugal precisa de políticas para dinamizar a economia e o emprego, mas em relação às outras Moções e à parte deliberativa da saudação aos trabalhadores, ao dia, aquilo que é o movimento dos trabalhadores iremos votar com a ressalva que não acompanhamos os considerandos, porque entendemos nós que o contexto, aquilo que é a definição da chamada sociedade e da suposta crise que ainda estamos a viver que nalguns casos alguns ainda vislumbram, noutros têm sinais de esperança quando veem o PIB a crescer e o investimento também a recuperar, nós acompanhamos algumas das deliberações, pelo que solicitamos ao Sr. Presidente que no caso da Moção 3 pudéssemos votar separadamente o ponto 1 dos restantes pontos. No que diz respeito à Moção do Bloco de Esquerda em relação à CPCJ dar nota que iremos votar contra porque entendemos nós que as preocupações do funcionamento desta Comissão nós acompanhamos, se há alguma coisa que possa estar menos bem é importante que se reveja e se procure adequar, mas colocar aqui



em parte em causa o sector social, naquilo que é também um princípio de tentativa de trazer o seu conhecimento do terreno e a sua capacidade também de intervenção na melhoria também do funcionamento destas estruturas, parece-nos a nós que é minimizar o problema e não focalizar aquilo que tem sido a procura de tomar o seu funcionamento mais adequado.

No caso do documento 5, também o 1º de Maio não acompanhamos os considerandos vamos votar as deliberações, apenas as deliberações, apenas as deliberações, darmos nota disso.

Em relação ao documento 6 da transmissão áudio e vídeo, iremos votar favoravelmente.

Iremos abster-nos no documento 7 sobre o acordo coletivo de empregador público.

Sobre a renda apoiada iremos votar contra. Iremos votar contra porque não é a primeira vez que falamos sobre esta matéria, mas é imprescindível que ficasse também aqui contextualizado que quando se fala neste novo regime jurídico de renda apoiada, é importante perceber qual é que tem sido a evolução nos últimos anos ou não das rendas nestes sectores, como é que ela tem sido operacionalizada ou não, qual tem sido a intervenção dos sucessivos governos e sobretudo como é que no âmbito deste novo regime jurídico vai ser implementado, vai ser faseada as atualizações que no caso por exemplo não é preciso ir muito longe. No PIA havia rendas que não eram atualizadas há cerca de trinta anos, como é óbvio quando alguém tem uma atualização considerável por comparação com o valor que paga, como é óbvio sente essa diferença e queixa-se dessa diferença, nós já o dissemos aqui anteriormente, nós procurámos que houvesse o máximo de flexibilização para que os períodos de atualização fossem mais longos no tempo, mas ainda assim é importante perceber o contexto, o porquê de elas não terem sido atualizadas durante tantos anos, se calhar em prejuízo dos próprios moradores que levou a que o próprio IHRU não fizesse as obras de manutenção que deveria ter feito, nós percebemos esses problemas, agora não é com este tipo de argumentação em relação a este novo regime jurídico que se apresentam alternativas ou soluções. Portanto, iremos votar contra.

Em relação ao regime jurídico dos serviços públicos de transporte de passageiros, também iremos votar contra. É interessante que se fala aqui na questão do financiamento, quando ele está previsto, ele está previsto e existem um conjunto de regras e de receitas associadas a esta descentralização que como é óbvio acautelam,



aliás só para dar um exemplo, por exemplo em relação às atuais Áreas Metropolitanas, aquilo que são os orçamentos dessas Autoridades Metropolitanas de Transportes, usando apenas aquilo que são os mecanismos de receita previstos no diploma e sem grandes criatividade que estão à disposição dessas novas autoridades para criar outras fontes de financiamento e receita própria, só essas receitas implementadas diretamente representariam pelo menos o dobro daquilo que é atualmente os seus orçamentos, isso parece-nos dar muito sobre a garantia de financiamento que está a assegurar e não a justificação e veracidade de alguns argumentos que estão nesta Moção e por isso vamos votar contra.

Em relação ao documento 13 sobre o Caparica Surf Fest, dar nota que nós iremos votar favoravelmente esta Moção, saudamos esta iniciativa, tudo aquilo que possa ajudar a alavancar a vida na Costa da Caparica, nós entendemos que é útil, mas dar nota que nós não acompanhamos em parte uma questão que aqui é dita e parece-nos a nós que confunde conceito e sobretudo confunde modelos de desenvolvimento, e quando aqui é afirmado no ponto 2 que nós vamos votar genericamente, porque acho que não vale a pena nós estarmos aqui a ser miudinhos do ponto de vista do texto, nem vamos sugerir que se tire esta linha porque confesso que também não é isso que é essencial, quando se procurar aliar e ligar a realização deste evento que nós saudamos, volto a repetir, com aquilo que é a confirmação da determinação da Câmara Municipal em prosseguir o investimento na captação de iniciativas capaz de promover o desenvolvimento económico e social do Concelho, nós entendemos que é uma iniciativa meritória, mas isso não é o alfa e o ómega no desenvolvimento económico e social do Concelho. E de certeza que não vai ser com o Caparica Surf Fest que se vai atrair para aqui novas empresas e com isto desenvolver económica e socialmente o Concelho. E portanto deixar esta ressalva sem pôr em causa o mérito da iniciativa e o apoio que a Câmara deu à sua concretização.

Em relação ao documento 14 do CDS, iremos votar favoravelmente.

Em relação ao PS já demos nota do documento que iremos votar a parte deliberativa, não acompanhamos minimamente os considerandos, e o Partido Socialista quando diz que este estado de direito sofre graves convulsões em que se coloca em causa o estado social, eu acho que só esta indicação que eu dei há pouco da dívida pública entre 2005 e 2011, acho que dificilmente alguém conseguiria colocar tanto em causa o estado social como um Governo que aumentou nesta ordem de grandeza a dívida pública em Portugal.



Em relação ao documento nº 16, do PAN iremos votar favoravelmente, segundo percebi o 17 foi retirado, penso que terei percebido corretamente e em relação ao 18 também foi retirado.”

7.2.5 - A Sr.ª Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria referir-me brevemente às precisões que foram feitas pela Sr.ª Deputada Odete Alexandre à nossa proposta, à nossa Moção sobre a CPCJ, dizendo que certamente as aceitamos como boas e também à Moção proposta pelo PS relativamente aos parques infantis com equipamentos adaptados. Para dizer que pelas mesmas razões apontadas pela Sr.ª Deputada Odete Alexandre também propomos que esta proposta, esta Moção possa descer à Comissão.

Relativamente a outras Moções que aqui estão em discussão.

Relativamente à Saudação ao Festival da Caparica Surf Fest, gostaria de dizer em nome deste Grupo Municipal, que por uma questão de coerência política, não está em causa a importância deste evento nem de eventos equivalentes, nem está em causa o potencial impacto que este tipo de eventos possa ter para a promoção turística do Concelho e para o desenvolvimento da economia local do Concelho de Almada, mas é precisamente em nome destes interesses também que nós queríamos dizer duas coisas, uma é que gostaríamos de pertencer a um Concelho que se orgulhasse de não esconder atrás do voluntariado aquilo que poderiam ser alguns postos de trabalho ainda que temporários, mas pagos. A prova disso é que há vários Partidos aqui representados que já defenderam isso noutros momentos, noutros Concelhos para eventos similares.

A segunda coisa é que esse tipo de relações laborais ainda temporárias pode não ser desprezível para a população do Concelho, criando alguns postos de trabalho temporários que são pagos e por isso continuaremos a abster-nos nas Moções que se referem a estes eventos.

Relativamente à Moção sobre a valorização da Costa da Caparica é para continuar, estamos de acordo com certeza, é para continuar, votaremos a favor, mas não deixaremos de fazer aqui o alerta que já fizemos noutros momentos. A Costa tem uma realidade e fragilidades sociais, económicas, urbanísticas muito próprias, portanto a requalificação não pode ser só virada para o turismo, tem que ser também virada para a população naquela Freguesia.



Relativamente à Moção do PSD, à consulta jurídica para todos, o nosso sentido de voto será a abstenção. Estamos naturalmente de acordo com o direito constitucional que existe e com a promoção da efetivação desse direito, mas é preciso respeitar as competências de cada órgão, a Câmara tem um protocolo por aquilo que sabemos, é bom que as Freguesias também procurem encontrar soluções deste género.

Relativamente às outras Moções estamos genericamente de acordo com todas, votaremos a favor.

Eu queria aqui destacar as Moções que são apresentadas de Saudação ao 1º de Maio, Dia dos Trabalhadores e não dia dos colaboradores como agora se gosta de dizer.

E gostaria de destacar em dois aspetos. O primeiro é a luta pelas 35 horas e o respeito pelos acordos coletivos de trabalho. Sobretudo os acordos celebrados entre as autarquias e os sindicatos e que o Governo teima em bloquear, não por uma questão de produtividade, porque está mais do que provado que a produtividade entre as 35 horas e as 40 horas não tem qualquer tipo de influência, mas por uma questão de fundamentalismo e preconceito ideológico, para manter a ideia que a culpa da crise é dos trabalhadores que trabalham pouco, que a culpa da crise é do povo. E portanto o objetivo é só um, é mais trabalho pelo mesmo pagamento, ou seja o objetivo é diminuir salários, é ajustar a economia pelos salários. O segundo aspeto que eu queria destacar nestas Saudações ao 1º de Maio tem a ver com a luta contra a precariedade e contra o subemprego. Precariedade e desemprego são as duas faces da mesma moeda, e é com essa moeda que o Primeiro Ministro tem a oferecer aos mercados financeiros e que tem a oferecer à Sr.^a Merkel, essa moeda tem um objetivo, o ajustamento da economia pelos baixos salários, o ajustamento da economia pelo custo do trabalho. O Primeiro Ministro disse no debate quinzenal que é essa a reforma que falta fazer, os salários têm que continuar a descer. E o resultado é que o número de licenciados que recebem menos de seiscentos euros duplicou desde a entrada da Troika em Portugal e isto num País em que a média salarial e os contratos feitos depois de outubro de 2013 é de 581 euros brutos e portanto esta moeda tem por um lado a precariedade e subemprego e por outro lado o desemprego que é a chantagem permanente para aceitar cada vez menos direitos laborais, esta moeda pode valer muito para o FMI, pode valer muito para o BCE, pode valer muito para a Comissão Europeia, pode valer muito para os bancos, certamente que o Soares do Santos e o Belmiro de Azevedo agradecem o pagamento nesta moeda,



mas ela tem um troco que é brutal, o troco dessa moeda, o troco desse pagamento é a destruição do futuro do País e é o regresso ao passado. E portanto a minha geração está hoje muito mais próximo de trabalhar à jorna do que a geração dos meus pais e muito em breve se calhar também do que a geração dos meus avós. É importante dizer isto, porque se aproximam eleições legislativas. E era bom que as saudações ao 1º de Maio se traduzissem também em compromissos eleitorais. Era bom que quem teve responsabilidades ao longo dos anos na normalização e na legalização do trabalho temporário, da precariedade, dos contratos a prazo, também assumisse para as próximas legislativas aquilo a que vem. Porque a minha geração sabe que é nos direitos do trabalho que se vai julgar o futuro e a minha geração também sabe que não basta só saudar, é preciso também cumprir as aspirações do 1º de Maio.”

7.2.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sob pena de haver outras intervenções da bancada da CDU, designadamente a responder a comentários aqui feitos e a explicar melhor a razão de ser do sentido de voto da CDU, dizer que nós vamos votar favoravelmente todas as Moções referentes ao 1º de Maio. Vamos votar as Moções também do Bloco de Esquerda sobre as questões da CPCJ e também da transmissão audiovisual, que é uma coisa que é subscrita presumo por todas as bancadas.

Também consideramos oportuna e justa a sugestão que o Bloco de Esquerda faz ao CDS para baixa à comissão, até também tendo em conta a documentação da Sr.ª Deputada Odete Alexandre, no sentido dos parques infantis e da sua adaptação a crianças portadoras de deficiência.

Relativamente à Moções do PSD, não podemos acompanhar, depois será explicado pelo Sr. Deputado Presidente da Junta do Laranjeiro/Feijó, não podemos acompanhar esta Moção do Mercado do Laranjeiro, depois explicaremos porquê.

Depois, relativamente à consulta jurídica para todos, a nossa sugestão é que o PSD pudesse retirar esta Moção. Não quer dizer que não estejamos de acordo em que a nível das Assembleias de Freguesia, a nível das Juntas de Freguesia, localmente não se adote as medidas aqui propostas. Agora esta Assembleia não tem competência para dizer às Juntas de Freguesia o que têm que fazer e portanto se não retirarem votaremos contra. Aliás, também agradecemos à Sr.ª Deputada representante do PAN



a sua disponibilidade em rever essa posição, porque obviamente uma Assembleia Municipal, temos que votar contra ou sugerir a retirada das respetivas Moções.

Também não podemos acompanhar a questão da requalificação e valorização da Costa da Caparica por causa deste protocolo. Se é verdade que aquilo que fazemos aqui de saudação em relação ao Surf e aos Festivais que tem havido na Costa não resolve todos os problemas da Costa, este Protocolo também não, e portanto não podemos acompanhar esta Moção.

Depois e para finalizar Sr. Presidente, creio que quer o Deputado Nuno Vitorino, quer o Deputado Presidente de Junta tem algo mais a acrescentar e este é o sentido de voto da bancada da CDU.”

7.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A minha intervenção vai sobre o sentido de voto do Partido Socialista, sobre a Moção do PSD, sobre a requalificação e valorização da Costa da Caparica. É para continuar o quê? É que estamos a falar do Governo que liquidou o Polis da Caparica, que arrumou definitivamente com o Polis e que vem agora aqui celebrar um contrato com os concessionários para a legítima resolução dos seus problemas, mas que não toca naquilo que é essencial que é, qual o modelo, qual é a estratégia para a requalificação, qual é o modelo de financiamento? Deixa todas estas questões em aberto, pensamos que esta Moção é uma Moção que é um engano. Ou seja, um Governo que travou o Polis, que não trouxe nenhuma alternativa, vem dizer que a Costa da Caparica, que a requalificação é para continuar, não pode ser muito sério.”

7.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Fazer um esclarecimento relativamente à Moção que é apresentada pelo PSD no que toca ao Mercado Municipal do Laranjeiro. Dizer aos Srs. Deputados e fazer aqui um esclarecimento, neste momento esta Moção peca por não estar atualizada, tendo em conta que estão a realizar-se obras na cobertura do Mercado e está a decorrer um concurso para o melhoramento que aqui é referido relativamente a este Mercado. Portanto, está obra em curso e que inclui a passagem dos concessionários que estão no piso inferior, no chamado piso menos 1 e a sua passagem para junto dos outros concessionários estão no piso zero concentrando os concessionários do Mercado no mesmo piso. Depois prevê-se também a instalação da equipa trabalhadora afeta à



Freguesia, na área da higiene e salubridade, naquele espaço criando ali uma outra dinâmica. Já agora também dizer o seguinte, aqui apenas se refere no 1 das deliberações, que a Câmara Municipal promova e a Junta de Freguesia este estudo, aliás refira-se e acho que é importante dizê-lo, que não é só a Junta de Freguesia e Câmara Municipal que estão envolvidas nisto, portanto houve reuniões sucessivas com os concessionários e esta obra é feita de acordo com aquilo que foi estabelecido entre todos.”

7.2.9 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para deixar algumas notas relativamente aos documentos e às Moções que foram apresentadas.

O CDS-PP aceita que a Moção que apresentou possa baixar à Comissão, aliás esta Moção e muitas outras, pensamos que seria muito mais proveitoso para o discurso político e para um entendimento muito melhor e mais profícuo entre todas as bancadas e entre todos, os documentos apresentados das várias matérias que possam ser tidas em discussão que mais documentos com outras matérias também, não só nesta Assembleia como noutras passadas e também futuras, mas pudessem baixar às Comissões.

Penso que as Comissões podem ter um aspeto bastante importante na condução e na forma como são apresentados, não só os documentos, como também na forma depois discutidos e na forma também como as próprias Moções e os textos finais acabam por dar essa resolução, visto que as Comissões têm dado, na nossa opinião, uma mais valia também para os documentos que são apresentados com o contributo de todos os Partidos e penso que, e da nossa parte estamos disponíveis para que mais propostas, mais Moções futuras possam baixar também elas mesmas às Comissões.

Depois eu gostaria apenas de dar indicação relativamente aos documentos aqui apresentados por parte da CDU. O CDS-PP irá votar contra a questão da água, isso também já foi aqui mais do que definido que o CDS-PP é contra a privatização da água, isso já ficou bem claro, mas não podemos acompanhar de certa forma, o corpo e o texto desta mesma Moção.

Relativamente também às Moções e neste caso juntando as três Moções apresentadas aqui em Assembleia, relativamente ao dia do Trabalhador, o 1º de Maio,



o CDS-PP aproveita desde já também para saudar este mesmo dia, mas tendo em conta o corpo das Moções não pode acompanhar as mesmas.

Ainda em relação ao documento apresentado pela CDU relativamente ao Surf Fest, embora aqui já tenha sido também firmada essa mesma opinião, enfim, o CDS-PP entende que é de louvar, é uma boa iniciativa, esperemos que mais iniciativas destas possam acontecer, quer na Costa da Caparica, quer mesmo também no Concelho de Almada, inclusivamente o CDS-PP não só este ano como também o ano passado já deixou uma sugestão, ainda não tivemos resposta para que as festas da cidade voltem novamente ao centro de Almada. Pensamos e entendemos que seria uma mais valia, não só pelos comerciantes, quer também uma maior atratividade para o centro e para a dinâmica do Concelho. Portanto, aguardemos e com certeza que a Câmara Municipal está a estudar esse facto. Aguardemos também a resposta, visto que aproximamo-nos rapidamente para essa época de festejos. De qualquer maneira aquilo que eu estava a dizer relativamente a esta situação é uma iniciativa, são duas iniciativas quer relativamente ao Sol da Caparica o qual também saudamos e que esperemos que continue a correr pela melhor forma, mas como aqui já foi dito não chega Sr. Presidente. São 40 anos de abandono da Costa da Caparica e estamos a falar da Costa da Caparica, já para não falar de outros pontos do Concelho. E entendemos que por exemplo as questões que dizem relativamente à educação, nomeadamente à constituição e à criação de uma biblioteca na Costa da Caparica já tarda. Como também outras obras e outras formas de reabilitar a Costa da Caparica, temos ali um diamante em bruto e portanto, Sr. Presidente aguardamos. Louvamos esta iniciativa, mas esperamos, continuamos à espera que haja um desenvolvimento muito maior na Costa da Caparica.

Depois relativamente às Moções apresentadas pelo PSD, iremos votar a favor.

Relativamente a uma ressalva aqui aos Mercados. Nós entendemos, e à semelhança do que já tem vindo a acontecer noutros municípios, que os Mercados podem ter uma dinâmica muito mais aprofundada, não só aquela dinâmica tradicional da venda e compra dos seus produtos, mas também como se passa por exemplo e bem em Lisboa. Pensamos que poderia Sr. Presidente ser estudada essa mesma nova forma de dispor dos Mercados também aqui no Concelho de Almada, seria com certeza uma mais valia.

Depois relativamente às Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda. Já dei indicação aqui relativamente ao 1º de Maio, não poderemos também acompanhar a



Moção relativamente à CPCJ e saudamos também mais uma vez a Moção aqui trazida pelo Bloco de Esquerda relativamente às transmissões em Assembleia Municipal em vídeo ou de outra forma que acharmos em Comissão, de outra forma que acharmos em Comissão da forma mais conveniente. E também de saudar esta mesma Moção visto que com certeza que os Municípes de Almada terão uma maior informação e uma informação muito mais detalhada do que se passa aqui nestas mesmas Assembleias e com certeza haverá ainda uma maior transparência.”

7.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas para dar algumas notas sobre algumas considerações tecidas relativamente à Moção sobre uma política nacional para o sector da água que respeite a autonomia do Poder Local. Naturalmente não é com surpresa que vemos a bancada do Partido Social Democrata e a bancada do CDS-PP anunciarem o seu voto contra esta medida. La Palice diria que as coisas são como elas são, e de facto são como são. O PSD e o CDS no seu discurso político e em particular no discurso de ambiente e da água tem sido uma espécie de caso de estudo no desvirtuamento discursivo dos conceitos. É bom e oportuno recordar até porque aqui se voltou a jurar a pés juntos que se é contra a privatização da água, que depois foi concessões, que depois subconcessões e que há quinze dias foi voto contra as propostas do Partido Comunista Português, do Partido Ecologista “Os Verdes” e do Bloco de Esquerda para inscrever no quadro legislativo a interdição à privatização da água. La Palice voltaria a dizer as coisas são como elas são. Nesse contexto do desvirtuamento discursivo dos conceitos entendo a nota do panfletário que o Sr. Deputado deu à Moção supondo que quer dizer clareza na caracterização da situação. Na medida em que não pode ser colocado em causa o que é afirmado de desrespeito pela autonomia do Poder Local na medida em que são os próprios autarcas do PSD e todos os outros que sublinham esse desrespeito pela Autonomia do Poder Local. Não por acaso a ANMP, a Área Metropolitana de Lisboa, a Área Metropolitana do Porto reafirmaram a sua recusa com a reestruturação que é feita, com o quadro legislativo, nomeadamente com aquele que permite a ERSAR sobrepor-se à autonomia do Poder Local, nomeadamente e devíamos ser sensíveis a isto visto que estamos numa Assembleia Municipal com competências que são atribuídas também, também às Assembleias Municipais ao nível da fixação de tarifas e portanto suponho que não considera panfletário a autonomia do Poder Local relativamente à democracia portuguesa.



Financiamento das políticas de coesão. Suponho que também não considera um discurso panfletário. Vou-me escusar repetir os argumentos que estão colocados na Moção, o que está em causa é um soundbite que pretende colocar os Municípios uns contra os outros, mas seria de esperar que os Municípios estivessem atentos e conhecedores daquilo que são os verdadeiros interesses do País e dos próprios Municípios e das populações. O que está em causa não é a coesão, como se procura fazer passar como soundbite para tentar que se aceite uma coisa que é inaceitável, porque aquilo que o Partido Social Democrata e o CDS propõem é o financiamento por um imposto indireto sobre a água, daquilo que se designa por deficit tarifário e portanto isso é política e como sabe a política de coesão não se faz através de impostos indiretos, pelo menos pelas boas práticas daquilo que se pretende ser uma sociedade que redistribui, suponho que também entende que isso não seja panfletário.

Dados sobre o sector, também penso que quererá talvez referir o contorcionismo da análise do real. Referiu aqui que 64,3% da redução de tarifas, Municípios com redução de tarifas e 37,7 aumento de tarifas. Eu não trago os números, mas posso-lhe dizer que é na razão inversa mas agravada, o número de portugueses que verão as suas tarifas aumentadas relativamente ao número de portugueses que verão as suas tarifas reduzidas. Porque, quando faz esta relação dos Municípios procura esquecer que elas vão ser agravadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa onde está concentrada a população e desagravadas nos outros Municípios. Por acaso é também por isso que as Áreas Metropolitanas de Lisboa reagem da forma que reagem, que reconhece e conhece SIMARSUL menos sete cêntimos. Eu não fis estas contas, não sei se são assim, mas vou-lhe dar por bom que a sua informação é correta. Esquece o Sr. Deputado que o crescimento do período de concessão é quase de uma década. Ora, os Municípios poderiam até provavelmente baixar estes sete cêntimos, se conforme foi estabelecido contratualmente os sistemas lhes fossem devolvidos e pudessem fazer a sua própria gestão.

Quanto ao dogma da uniformização de tarifas seria muito interessante, não temos tempo e não irei maçar os outros membros da Assembleia com essa discussão, mas na verdade o que o Sr. Deputado quis dizer foi, “brutal aumento das tarifas da água em Portugal”.

7.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Como me alertou que o meu tempo não é suficiente para certamente responder e para acrescentar razões e argumentos a esta matéria da água que certamente muito haveria a acrescentar, mas não retiro nada daquilo que disse e certamente não subscrevo as afirmações anteriormente feitas, dar apenas nota em relação a algumas questões que nos foram lançadas. Em primeiro lugar a questão da consulta jurídica. Eu dou por boa a informação que foi aqui transmitida e portanto por uma questão de prudência vamos retirar o documento, mas vamos tentar indagar por um lado junto das Assembleias de Freguesia da possibilidade de através desse órgão tentar dinamizar estes Protocolos, na medida em que pensamos nós também é importante destacar o espírito com que foi aqui apresentado. Porque aquilo que nós queríamos era ver operacionalizado aquilo que tem acontecido com a autarquia no caso o Município, replicado com o auxílio do Município nas Juntas de Freguesia, porque acho que aí é mais fácil de colocar à disposição dos cidadãos com evidentes carências económicas este acesso às consultas jurídicas. Mas vamos retirar o documento em relação a esta matéria.

Em relação à questão das obras do Mercado do Laranjeiro, eu penso que se calhar não fui claro em relação ao objetivo. O Sr. Presidente da Junta falou em obras, nós falamos em revitalização. Nós demos o exemplo das condições que o Mercado também tem, é verdade, mas o nosso objetivo em relação ao estudo não tinha a ver com o arranjar o telhado ou meter um piso, é revitalizar um espaço que manifestamente hoje não cumpre o objetivo para o qual foi criado e houve um investimento avultado por parte do Município. E por isso aquilo que nós entendemos que poderia e deveria ser desenvolvido era um estudo entre a autarquia e a Junta, de revitalização, de aproveitamento do espaço, seja com a ideia até já aqui ouvi em surdina como acontece em alguns Mercados de Lisboa, com Mercados gourmet, não sei, coisas que possam ser propostas como alternativas, discutidas com a população. A ideia é que pudesse haver um estudo com propostas e eventuais soluções, que pudessem daqui a seis meses serem colocados em consulta pública à população para decidir um investimento que certamente custou alguns milhões à autarquia, que se revitalize. O Sr. Presidente diz que está lá uma Divisão ou um Departamento da autarquia também agora a trabalhar. Eu penso que o objetivo era colocar aquele espaço ao serviço da população, sem menosprezo com a utilidade que possa ter para a autarquia. Portanto, nós entendemos que o nosso objetivo é revitalizar o espaço, algo que manifestamente hoje em dia não existe.



Para terminar muito rapidamente, só dar nota ao Sr. Deputado Sérgio Bastos, porque é que nós apresentamos esta questão da Costa da Caparica. É porque foi dito tantas vezes que a Costa da Caparica era esquecida e que com a CostaPolis deixava de haver ambição para continuar aquilo que estava programado dentro daquilo que era possível e exequível, porque ninguém fez pior à Costa da Caparica do que planear um Polis que não era exequível nos termos e no seu modelo de funcionamento. O tempo vem-nos dar razão. Agora nós queremos saudar a Câmara, como queremos saudar o Governo, e tive ocasião de testemunhar e ouvir as palavras do Sr. Presidente da Câmara, do Secretário de Estado, dos concessionários, da Agência Portuguesa do Ambiente que reafirmaram o interesse de continuar a investir na Costa da Caparica. Eu ouvi o Sr. Secretário de Estado sobre a Estrada Florestal, nos acessos às praias a Sul, bom para além do que foi a revisão através das adendas aos contratos concessionários, que é tornar sustentável aquilo que vinha de asneiras de trás e que criavam problemas de funcionamento às pessoas que investiram ali muito dinheiro e alguns anos da sua vida, portanto houve um reafirmar que a Costa é uma terra que merece atenção, deve merecer investimento e o investimento em primeiro lugar tem que ser feito pelo Governo só, sempre o dissemos, ainda bem que a Câmara também quer investir e quer acompanhar essa estratégia e por isso saudamos a Câmara, saudamos o Governo por ter reafirmado no dia 21 que o CostaPolis pode ter a sua Comissão de liquidação a acabar o processo de cessação de atividade da sociedade, mas o processo de requalificação e de revitalização da Costa da Caparica não pode, não deve, não tem e bem que se encontrar uma solução para que continue, e parece-me a mim que estas palavras do Governo vão no bom sentido e por isso saudamos quer a Câmara, quer o Governo em relação a uma terra que merece investimento, não tem tido aquele que se calhar deveria e esta reafirmação de vontades é algo que a nós nos apraz e é um sinal positivo para o futuro.”

7.2.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Três comentários muito breves. Nós quando o Governo concretizar as boas intenções para a Costa da Caparica, acredite que somos os primeiros a saudar.

Porque não basta fazer afirmações de intenção, a Costa tem sido efetivamente prejudicada pelas políticas do Governo.



A segunda nota é dizer ao Sr. Deputado Nuno Matias que pode não concordar e pode votar contra a necessidade de corrigir a nova Lei do arrendamento, mas há duas coisas que os moradores voltam a insistir. Primeiro mantem-se no fundamental as regras injustas para o cálculo da renda e que se tornam definitivas. Segundo, não disse nada sobre a impossibilidade de os Municípios terem os seus Regulamentos próprios. E portanto, isto parece-nos que é fundamental.

A terceira nota, Sr. Deputado é verdade que os Mercados precisam de ser dinamizados, nada pode ser dinamizado se não houver digamos intervenções de fundo, mas também há uma nota que lhe queria deixar, é que com estas dificuldades económicas com que as famílias estão a passar, seguramente que não é por redinamização dos Mercados que aumentem as vendas.”

7.2.13 - O Sr. Vereador José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Breves palavras para intervir também numa matéria que consideramos central e que tem a ver com as questões da dita reestruturação do sector das águas, penso que imprópria determinação e já explicarei porquê.

A primeira questão que gostaríamos de dizer é que o que está em causa é muito mais que a tarifa e da discussão do modelo da tarifa. O que está em causa é o que alguns consideram um milagre português. É o milagre português foi a infraestruturação do nosso País em poucas décadas e a infraestruturação do nosso País é considerado por muitos como um milagre, e eu diria que esse milagre foi feito porque foi municipal, essa intervenção gigantesca de infraestruturação da água e do saneamento deve-se à sua condição de serviço público municipal. E então olharam para isto alguns e viram um grande sector, um sector com um potencial económico imenso e aplicando as suas opções ideológicas viram aqui uma oportunidade de apropriação deste sector. Então o que está em causa também não é a reestruturação das Águas de Portugal. Durante muito tempo dizia-se que o objetivo era reestruturar uma empresa para a tornar mais eficiente, mais capaz, mais interventiva num modelo de representação do Estado. E agora já não se fala da reestruturação das Águas de Portugal agora fala-se na reestruturação dos serviços de água e saneamento. E então o que está em causa eu diria Sr. Deputado Nuno Matias o objetivo é triplicar o peso da participação das populações nos serviços de água e saneamento, triplicar esse é que é o grande objetivo. E triplicar para quê? Para colocar no sector mais dinheiro e



colocar no sector mais dinheiro para quê? Colocar no sector mais dinheiro para tornar atrativo a entrada dos privados no negócio. Esse é que é o grande objetivo. E com base nisso definiu-se um modelo e o modelo passa pela agregação dos serviços pela chamada verticalização dos serviços e desse ponto de vista o que está em curso é isso. É dividir o País em cinco grandes empresas, neste momento, e pô-las no mercado internacional com os objetivos de comercializar o sector da água e do saneamento. Com isto fazer um bypass aos princípios constitucionais que impõem a intervenção direta dos Municípios na gestão da água e do saneamento. E é transformar uma megaoperação dando aos Municípios um papel residual. Quando a Constituição obriga a ter um papel decisivo na gestão da água e do saneamento. E portanto, estas é que são as questões centrais. A questão da tarifa eu diria para também não me alongar muito, a questão da tarifa é o veículo que está a ser usado, mas o que iria acontecer se esta reestruturação fosse aplicada, é que os do litoral iriam pagar muito mais do que pagam hoje e no primeiro momento talvez os do interior não pagassem. Mas no segundo momento iriam pagar também como pagam hoje os do litoral. Não acredite que este modelo ficaria assim por muito tempo se esta dita reestruturação fosse para a frente. Agora eu acredito, nós acreditamos que todos estes objetivos e a forma como está a ser conduzido à pressa, porque o Governo tem pressa no fechar do dossier, a forma como está a ser conduzido é contrário aos interesses das populações nos seus objetivos e é fator de revolta de muitos autarcas do PSD que não encontram naturalmente respeito pelas suas posições, pelas posições dos Municípios, formuladas. Eu acredito, nós acreditamos que esta reestruturação não será tornada efetiva com as populações, com as instituições, com os Municípios serão capazes de pôr este processo como outros e outras tentativas que já foram feitas há muitos anos. Aliás, o Sr. Ministro disse-nos há pouco tempo quando abordámos isto, disse-nos que o argumento que estariam com pressa, disse, bom isto é já um objetivo de vinte anos. E portanto é um objetivo de vinte anos, eu penso pela luta das populações e dos Municípios ficará na gaveta muitos mais anos e por ventura nunca chegará à luz do dia.”

7.2.14 - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas sobre a Moção sobre o novo regime de renda apoiada que me parece de maior oportunidade que tenha sido apresentado e algumas notas também da parte



da Câmara que como conhecem gere uma rede de cerca de dois mil e duzentos fogos de habitação social e portanto tem um particular empenhamento nestas questões e uma particular avaliação e aliás tem até uma regulamentação própria que neste momento aparentemente e por esta Lei vai deixar de poder ter, acerca da forma como a legislação e como o cálculo da renda apoiada é feito, o que não me parece fazer sentido e acompanhamento já que as observações foram colocadas acerca da autonomia do Poder Local estar posta em causa.

Parece-me que esta legislação sobre a renda apoiada revela uma enorme insensibilidade social, até pelo momento em que ela é apresentada e aliás não será por acaso que todos nós até quem está contra ela, muitas vezes fala como uma Lei do aumento das rendas e a questão é que isto não é nenhuma Lei de aumento de rendas, isto é uma Lei sobre o regime jurídico de renda apoiada e a renda apoiada significa que se as pessoas ganham menos, pagam menos, se as pessoas ganham mais pagam mais. Parece-me particularmente revelador que num momento em que o País está a ganhar menos de uma forma geral, que as pessoas, que os trabalhadores, quem vive dos seus rendimentos ganha menos de uma forma geral e são estas pessoas e muitas delas empurradas para sistemas de subsídio, rendimento social de inserção, etc. e não terem trabalho, subsídios de desemprego e se debatem neste momento com o problema nomeadamente nos prédios do IHRU, de aumentaram para muitas vezes aquilo que é a renda que atualmente pagam num regime de renda apoiada. Isto parece-me particularmente insensível do ponto de vista social e não compreensível num regime de renda apoiada como diria e repito e não de aumento de rendas. Nós no caso do Município de Almada e fizemos alguns cálculos perante situações que agregados familiares do IHRU se nos dirigiram com rendas de duzentos, trezentos euros que apresentaram à Câmara, nós fizemos a simulação do que é que pagariam na Câmara esses mesmos agregados e pagariam rendas de cinquenta, sessenta, setenta euros. Isto não é por acaso, e estamos a falar de pessoas com rendimentos de reformados, de reformados de empresas que existiram no Concelho, etc., que têm reformas de pouco mais do que o salário mínimo nacional. E dá para estes agregados valores na ordem dos duzentos, trezentos euros, quando são aplicados no IHRU e temos sido confrontados com isto em inúmeras situações. E porque é diferente na Câmara? Porque nós temos e autonomamente tomámos essa decisão, um conjunto de decisões, nomeadamente os jovens até aos vinte e cinco anos, atendendo que estão em idade escolar, não contarem para o apuramento do



agregado familiar, não contam de todo até aos vinte e cinco anos; os reformados e os pensionistas têm também uma exceção em que são considerados só cinquenta por cento do seu rendimento e são considerados como dependentes mesmo que sejam cabeça de casal. Isto significa logo uma alteração profunda naquilo que é o cálculo da renda e possibilita ajustar muito mais as rendas àquilo que é a realidade económica das famílias. E acompanhamos também, infelizmente isso não podemos regulamentar de facto, trata-se da forma da Lei, deveria ser considerado não o rendimento bruto, mas o rendimento líquido excluído daquilo que são subsídios, daquilo que são os rendimentos ocasionais naquele ano mas que não tem obrigatoriamente no futuro. Já agora, está para além de ser também uma Lei que promove os aumentos também é uma Lei que promove os despejos. Esta Lei permite que ao fim de dez anos as pessoas sejam colocadas dali para fora daquela casa, desde que tenham atingido durante mais de três anos o preço técnico da habitação. E nós temos preços técnicos da habitação completamente variáveis, e quando nós estamos a falar de rendimentos de famílias na ordem dos seiscentos, setecentos, oitocentos euros pagarem duzentos euros de renda, neste momento está no IHRU, quando falamos de preços técnicos é que nalguns casos de habitação mais antigas que nós temos na Câmara são cento e poucos euros ao fim de três anos, por estarem a pagar cento e poucos euros essas pessoas têm de ir para a rua e não têm efetivamente rendimentos para ir arrendar nem existem casas para arrendar por cento e poucos euros.

Portanto, eu penso que esta Lei é uma lei de despejo, é uma lei de aumentos e revela uma enorme insensibilidade social.”

7.2.15 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só dois apontamentos em relação a duas questões que foram aqui colocadas, uma penso que é a mais simples tem a ver com a questão do Mercado do Laranjeiro, que se contextualiza na resposta que estamos a desenhar em relação à revitalização dos Mercados e naturalmente a avaliação que temos que fazer em relação às zonas onde eles estão instalados. Tal como já foi dito pelo Sr. Presidente da Junta, há um processo em curso em relação à utilização do Mercado do Laranjeiro e assim como em relação a outros Mercados do nosso Concelho. Portanto era isto que gostava de dizer em relação a este aspeto.



A questão da Costa da Caparica, eu acho que a Moção é inoportuna. Nós estamos perante um agendamento de uma Assembleia Geral de Acionistas a realizar no dia 15 de maio, e nessa Assembleia Geral de Acionistas e pela qual ainda reuniremos esta Assembleia Municipal para tomar posição sobre as matérias que lá irão ser levadas, teremos que nos pronunciar designadamente sobre a liquidação efetiva e definitiva da CostaPolis, ou não, e sobre a repartição do património. E portanto, penso que estar hoje aqui a fazer uma afirmação de que força para a frente com o projeto e daqui por vinte dias estarmos perante um eventual desenlace com repartição do património, é coisa que seria complicado entender pelos nossos Municípes. Pecava por falta de clareza e não seria um fator de viabilização daquilo que aqui se pretende e que se afirma que é que o projeto de desenvolvimento estratégico da Costa da Caparica continue. Porque há um capital de trabalho em conjunto que não se pode perder e há um processo de financiamento que tem que se encontrar e podemos fazê-lo a partir da realidade em que estamos a trabalhar, isso até já não foi inédito tanto quanto eu sei ao longo dos anos e anos em que se tem procurado encontrar projetos que sustentem o desenvolvimento da Costa e portanto penso que a votação desta Moção neste momento será desadequada e até pode tornar-se não como um fator de ajuda ao desenvolvimento da Costa a que se encontrem soluções, mas sim a dificultar o encontrar de soluções. Eu penso que a solução ideal é que ela fosse retirada, mas se tiver que ser votada no ponto em que nós estamos e a manter-se as informações que temos sobre as propostas que se pretendem levar à Assembleia Geral de Acionistas, só pode ter voto contra. Esta é a minha opinião, sobre isto e nada mais. Dentro de poucos dias nós iremos ter que decidir sobre isto. Estar a condicionar uma votação para daqui a vinte dias com a votação desta Moção, e sobretudo uma votação favorável sobre esta Moção, penso que é incorreto e penso que não beneficia o Município.

Depois há coisas como o Sr. Deputado do CDS referiu sobre a Costa e sobre as responsabilidades. Eu penso que é um discurso, “é o abandono da Costa”, até parece que o CDS não está no Governo e parece que não tem responsabilidades nenhuma nisso, é uma situação que é muito difícil de compreender e acho que é um discurso que também não ajuda nada a que se ande para a frente. Seja como for poderemos dizer-vos que em relação à Estrada Florestal já manifestámos a disposição de a Câmara assumir a obra, como elemento de salvaguarda que mesmo que o Governo decida a dissolução da CostaPolis, contra a nossa posição, a obra da Estrada



Florestal se possa fazer e portanto assumimos isso, naturalmente tem que haver o financiamento assegurado, financiamento a partir dos fundos que ainda existem na CostaPolis, mas nós fazemos a obra, executamos a obra e precisamos que rapidamente essa decisão seja tomada. E fazemo-lo aqui na Estrada Florestal como fazemos na Foz do Rego, como fizemos na Duna de São João, como fizemos nos Festivais que estamos a fazer. Enfim, a nossa disponibilidade para que as coisas andem é total, com a preocupação de criar emprego, não é um desenvolvimento abstrato da Costa da Caparica. E portanto, esta coisa de voluntários e não voluntários, não, nós estamos lá para criar emprego e dar melhores condições de vida às pessoas da Costa da Caparica, mas para que a Costa possa surgir com todo o seu potencial de desenvolvimento natural, criação de emprego e criação de emprego com qualidade para as pessoas que vivem na Costa da Caparica e para aqueles que querem passar a viver na Costa da Caparica. Portanto, também nesse aspeto somos claros nas nossas intenções e mais do que as intenções pelos atos que praticamos.”

7.2.16 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma pequena nota sobre alguns dos textos que estão em consideração, das Moções, e portanto não quero gastar o tempo todo.

Sobre o 1º de Maio e também uma vez que há referência em conjunto no texto do Bloco de Esquerda do 25 de Abril e do 1º de Maio. Nós entendemos, nós PS entendemos que é fundamental afirmar hoje princípios que têm a ver com o direito ao trabalho, com a estabilidade no emprego, com o direito à negociação coletiva, com a defesa dos serviços da Educação, da Saúde, da Segurança Social, com a defesa daquilo que se designa por Estado Social. Com a defesa da concessão de um estado forte e eficiente que se opõe à concessão de um estado mínimo liberal, portanto nós entendemos que é muito importante reafirmar todos esses valores e desejavelmente esses valores devem ser afirmados de tal maneira que todos nos possamos encontrar naquilo que é essencial e que nos une. E é por isso que lamentamos que o texto da CDU, mais uma vez tenha como objetivo não só afirmar alguns valores que até são comuns, mas também utilizar no espaço dos considerandos expressões que são profundamente insultuosas e que obviamente têm apenas um objetivo, é impedir que o PS vote a Moção sobre o 1º de Maio da CDU e desta vez conseguiram-no, porque tudo tem limites e o ponto a que chegou desta vez a CDU é completamente inaceitável. Portanto nós vamos votar a favor daquilo que consideramos importante



relativamente ao 25 de Abril e ao 1º de Maio nos textos apresentados pelo Bloco de Esquerda e pelo PS e vamos votar contra este texto da CDU que é um texto profundamente insultuoso e lamentável, do nosso ponto de vista.

Relativamente ao texto sobre a consulta jurídica para todos, congratulamo-nos com o facto do PSD retirar da votação este texto, de facto não podíamos aceitar que a Assembleia Municipal se imiscuísse no âmbito de competências das Freguesias e penso que o local adequado para discutir este aspeto são as Freguesias, porque é através da ação das Freguesias que se pretende disponibilizar um serviço aos munícipes.

Sobre as transmissões de áudio e vídeo da Assembleia Municipal, fica um apelo à Câmara Municipal, a Assembleia Municipal precisa do contributo da Câmara Municipal para encontrarmos as melhores soluções técnicas para que uma boa ideia possa prestar um bom serviço à Assembleia e aos Municípios e portanto é um apelo que aqui fica e obviamente também a nossa declaração de subscrição do texto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Sobre o Mercado do Laranjeiro, a nossa predisposição à partida era compreendermos o sentido do texto apresentado pelo PSD, no entanto levamos em consideração as explicações apresentadas aqui pelo Sr. Presidente da Junta, não só as explicações mas também as intenções no sentido de agir para resolver os problemas que são detetados e que são consensuais e portanto nós vamo-nos abster neste texto na perspetiva de que a atuação enunciada pelo Sr. Presidente da Junta seja uma intervenção de facto positiva e que ultrapasse significativamente as situações negativas evidenciadas e estaremos cá obviamente no futuro para acompanhar o andamento deste assunto.”

7.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

7.3.1 - A Moção/Saudação à atleta Naíde Gomes, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma, foi aprovada por unanimidade.

7.3.2 - A Moção/deliberação Por uma política nacional para o sector da água que respeite a autonomia do Poder Local e os interesses das populações, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Vitorino, foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de



Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.3.3 - A Moção/Saudação 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves, foi votada por pontos:

7.3.3.1 - Ponto 1, foi aprovado por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e um voto contra (de eleito do CDS-PP).

7.3.3.2 - Ponto 2, foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.3.3.3 - Ponto 3, foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN), dezasseis votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP) e uma abstenção (de eleita Independente).

7.3.3.4 - Introdução, foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN) e dezassete votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do CDS-PP e Ind.).

7.3.4 - A Moção/Deliberação sobre Comissões de Proteção das Crianças e Jovens, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).



7.3.4.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação sobre Comissões de Proteção das Crianças e Jovens

Considerando que:

1. As Comissões de Proteção das Crianças e Jovens (CPCJ) são entidades públicas, sem autonomia administrativa, mas com uma função muito precisa e determinante na deteção, no acompanhamento e na proteção das crianças e jovens em risco.
2. Foram criadas pela Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, e têm base municipal, prevendo a lei que, em municípios com maior número de habitantes, possam ser criadas mais.
3. Têm, na sua modalidade alargada, uma ampla participação de serviços públicos, quer locais quer outros de âmbito nacional que atuam no território concelhio - Câmara e Assembleia Municipais, Educação, Saúde, Segurança Social, Segurança Pública - bem como de entidades associativas e de solidariedade social, entre outras.
4. Nesta reunião, normalmente realizada de dois em dois meses, os comissários acertam estratégias de prevenção de risco, avaliam procedimentos e corrigem-nos se for caso disso, programam atividades de sensibilização nas escolas, nas comunidades e nas famílias, enfim, ajudam a construir esta enorme rede de proteção às crianças e jovens.
5. A modalidade restrita - é composto por psicólogos, assistentes sociais, professores, educadores de infância, entre outros, que, tendo uma boa preparação, na maior parte das situações, sem limites horários e com uma dedicação enorme, coligem e tratam a informação sobre os casos que lhes são presentes pelas escolas, pelas forças de segurança e pelas outras entidades e delineiam a estratégia a adotar para cada um deles.
6. Este pessoal técnico é nos termos da lei designado pelos serviços da Segurança Social, da Câmara Municipal do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde por um número de anos limitado e, por vezes, até em horário parcial. Estas comissões socorrem-se muito de recém-licenciados em estágios ou até cooptados a título individual.
7. Todo este conjunto de profissionais e de representantes de entidades da comunidade procedem sob a tutela do Procurador da República que, em casos limite, toma o assunto à sua exclusiva responsabilidade.



8. Até chegar a esse ponto, há todo um conjunto de procedimentos a levar a cabo pela equipa técnica, que incluem contactos diretos com as famílias das crianças sinalizadas e que exigem um esforço gigantesco, atendendo ao facto de estes casos terem aumentado muito nos últimos anos, quer os novos, quer os transitados de anos anteriores, quer ainda os que são reabertos.
9. Por todas estas razões, este trabalho é duma importância enorme na prevenção e no tratamento de problemas muito sérios que abalam o tecido social em que nos movemos.

Perante as últimas decisões do Governo que, sobretudo com a medida recente de reduzir o pessoal disponibilizado para as CPCJ pela Segurança Social, têm criado enormes dificuldades ao seu funcionamento, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 27 de Abril de 2015 delibera:

- 1.º Manifestar a sua grande preocupação pelas condições de extrema fragilidade em que está a funcionar a CPCJ deste concelho, com enormes restrições, designadamente quanto aos recursos humanos, no que se refere especialmente à representante das IPSS.
- 2.º Exigir que o Governo e o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social reponham nesta CPCJ o número de técnicos que fazem a assessoria necessária ao seu normal e proveitoso funcionamento, sob pena de, não acontecendo assim, os problemas sociais tenderem a agravar-se cada vez, nesta faixa etária de extrema sensibilidade.
- 3.º Repudiar o anúncio feito pelo Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social da doação de 116 mil euros a Instituições Particulares de Solidariedade Social para “reforçarem” com técnicos às CPCJ, ao mesmo tempo que esvazia estas estruturas e despede profissionais com provas dadas. Esta delegação encapotada de competências das CPCJ para as IPSS reforça a intenção de o Estado se desresponsabilizar por uma área vital para o futuro de milhares de crianças e jovens, cujo objetivo final, a sua privatização, seria totalmente irresponsável.”

7.3.5 - A Moção/Saudação 25 de Abril e 1º de Maio, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi votada por pontos:

7.3.5.1 - Introdução, foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda;



- Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.3.5.2** - Parte deliberativa, foi aprovado por trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).
- 7.3.6** - A Moção/Resolução Transmissão de Áudio e Vídeo das Sessões da Assembleia Municipal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, subscrita por todos os Partidos foi aprovada por unanimidade.
- 7.3.7** - A Moção/Deliberação Acordo Coletivo de Empregador Pública (ACEP)), apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.), um voto contra (de eleito do CDS-PP) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).
- 7.3.8** - A Moção Deliberação Novo regime jurídico de renda apoiada, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e CDS-PP).
- 7.3.9** - A Moção/Deliberação Pela rejeição do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Dias, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).
- 7.3.10** - A Moção/Deliberação Requalificação e Valorização da Costa da Caparica é para continuar!, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi rejeitada



por maioria com vinte e oito votos contra (de eleitos da CDU inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, e do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), oito votos a favor (de eleitos do PSD, BE e CDS-PP) e duas abstenções (de eleita do PAN e Ind.).

7.3.11 - A Moção/Deliberação Consulta jurídica para todos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Bruno Ribeiro, documento retirado de votação.

7.3.12 - A Moção/Deliberação Mercado do Laranjeiro: urgente remediar o mal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi rejeitada por maioria com dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), seis votos a favor (de eleitos do PSD e CDS-PP) e catorze abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE do PAN e Ind.).

7.3.13 - A Moção/Saudação ao festival Caparica Primavera Surf Fest, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do PAN e Ind.) e duas abstenções (de eleitos do BE).

7.3.14 - A Moção/Deliberação Parque infantil com equipamentos adaptados "Oportunidade para todos", apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi votada a sua baixa à comissão especializada permanente, por unanimidade.

7.3.15 - A Moção/Saudação 1º de Maio, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Maria D'Assis, foi votada por pontos:

7.3.15.1 - Introdução, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.3.15.2 - A parte deliberativa, foi aprovada por unanimidade.



- 7.3.16** - A Moção/Deliberação Prestação serviço tradução português falado/língua gestual portuguesa, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia, foi votada a sua baixa à comissão especializada permanente, por unanimidade.
- 8** - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 28 de abril de 2015.
- 9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Ivan da Costa Gonçalves, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Maria do Carmo Mira Borges.
- 10** - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de quinze Srs. Múncipes.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 28 de abril de 2015.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____